

Gravidez na Adolescência e o Sistema Educativo em Cabo Verde: O caso da cidade da Praia

Érica Teresa da Cruz dos Santos Vieira

Mestrado em Estudos de Desenvolvimento

Orientador(a):

Doutora Clara Carvalho, Professora Associada,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientador(a):

Doutora Elga Carvalho, Assistente Graduada,
Uni-CV - Universidade de Cabo Verde

Setembro, 2024

Departamento de Economia Política

Gravidez na Adolescência e o Sistema Educativo em Cabo Verde: O caso da cidade da Praia

Érica Teresa da Cruz dos Santos Vieira

Mestrado em Estudos de Desenvolvimento

Orientador(a):

Doutora Clara Carvalho, Professora Associada,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientador(a):

Doutora Elga Carvalho, Assistente Graduada
Uni-CV - Universidade de Cabo Verde

Setembro, 2024

*Dedico este trabalho aos meus pais,
que sob muito sol fizeram-me chegar até aqui, à sombra.*

Agradecimentos

À minha mãe Nilza Santos, que desde o meu primeiro dia de vida me motiva sempre a ser a minha melhor versão. Sem a tua presença, apoio e crença nas minhas capacidades não seria metade da pessoa que sou hoje e é a ti que devo tudo o que eu tenho, tudo o que conquistei e ainda irei conquistar, obrigada por tudo.

Ao meu pai Benvindo Vieira, sou eternamente grata pelo teu apoio incondicional na realização deste trabalho. Obrigada por me permitires chegar a lugares e oportunidades que tu nunca pudeste ter.

Ao Jorge Vieira, meu irmão mais novo, a pessoa que me ensinou a definição de amor puro, que me motiva todos os dias e me apoia em todas as etapas da minha vida, mesmo sem grande noção do que significam.

A todos os meus amigos e restantes familiares por se preocuparem e me apoiarem. Ao meu tio Djudo que fez questão que eu tivesse todas as condições necessárias para a minha pesquisa. À Carla e à Luana, a Carla pelo companheirismo e constante preocupação por este trabalho e a Luana pela motivação que me deu no curso do mesmo.

À minha orientadora, prof^a Dra. Clara Carvalho que aceitou este desafio, me guiou desde o primeiro dia, encorajando-me a cada passo, sem nunca me deixar sentir perdida e sempre a zelar pelo meu melhor interesse. Serei eternamente grata por todo o tempo e sabedoria dedicados a mim e a este trabalho.

À minha co-orientadora, prof^a Dra. Elga Carvalho da Universidade de Cabo Verde por todo o carinho e disponibilidade desde o início desta jornada. Agradeço igualmente todo o tempo, sabedoria prestada e principalmente pelo incentivo e atenção à importância deste tema.

À Fernanda Silva, por ter sido incansável, por ter percorrido as escolas secundárias da cidade da Praia comigo. Obrigada pelo apoio incondicional e todo o tempo disponibilizado a este trabalho, sem ti não teria sido possível.

A todo/as os envolvidos na realização das entrevistas, desde os/as entrevistados/as, aos auxiliares das escolas, professores/as e colaboradores/as do Ministério da Educação que me receberam de braços abertos.

Ao prof Dr. Luís Mah, por desde cedo me ajudar a navegar na área do Desenvolvimento, pela constante preocupação neste trabalho e em que todos prosperássemos.

Resumo

A gravidez na adolescência é um problema presente na sociedade cabo-verdiana e a sua prevalência é uma questão preocupante para o país. A natureza da gravidez na adolescência constitui um desafio multifacetado, além das complexidades que recaem sobre a saúde das adolescentes, o impacto deste fenómeno tem fortes repercussões sobre a educação das mesmas. Os casos de gravidez na adolescência em Cabo Verde têm verificado uma tendência de diminuição acompanhada de uma crescente preocupação sobre a matéria por parte do Governo, institutos, associações e organizações não governamentais. Contudo, esta ainda é uma realidade que acompanha diversas adolescentes, agravando-se em circunstâncias economicamente desfavorecidas e socialmente vulneráveis.

O entendimento atual da questão no contexto cabo-verdiano carece de uma abordagem que estabeleça uma interseção entre a gravidez na adolescência e o sistema educativo do país. Como tal, importa compreender como é que o sistema e consequentemente as escolas do país, lidam com a problemática. Considerando assim que a gravidez é um desafio no percurso educativo das alunas adolescentes cabo-verdianas, é relevante a realização de um estudo que compreenda as medidas existentes para o apoio das alunas e combate ao abandono escolar.

A presente investigação tem por base uma abordagem qualitativa feita através de análise documental e entrevistas semiestruturadas a membros diretivos das escolas secundárias da cidade da Praia e do Ministério da Educação. O estudo contribui assim para a compreensão das complexidades inerentes à gravidez na adolescência e à educação em Cabo Verde, tal como para o incentivo de programas e políticas públicas que visem a educação para todos, equidade e inclusão.

Palavras-chave: Gravidez na Adolescência; Educação; Abandono Escolar.

Abstract

Teenage pregnancy is a problem present in the Cape Verdean society and its prevalence is a matter of concern for the country. The nature of adolescent pregnancy is a multifaceted challenge, in addition to the complexities that fall on the health of adolescents, the impact of this phenomenon has a strong impact on their education. Cases of teenage pregnancy in Cape Verde have seen a downward trend accompanied by growing concern about the matter by the country's Government, institutes, associations and non-governmental organizations. However, despite this fact it is still a reality that accompanies several adolescents, worsening in economically disadvantaged and socially vulnerable circumstances.

The current understanding of the issue in the Cape Verdean context lacks an approach that establishes an intersection between adolescent pregnancy and the country's education system. As such, it is important to understand how the system and consequently the country's schools deal with the problem. Considering that pregnancy is a challenge in the educational path of Cape Verdean adolescent students, it is relevant to carry out a study that includes the existing measures to combat school dropout and student support.

The present research is based on a qualitative approach made through documentary analysis and semi-structured interviews with board members of secondary schools in the city of Praia and the Ministry of Education. The study thus contributes to the understanding of the complexities inherent to adolescent pregnancy and education in Cape Verde, as well as to the encouragement of programs and public policies aimed at education for all, equity and inclusion.

Keywords: Adolescent pregnancy; Education; Educational disengagement.

Índice

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	v
Abstract	vii
Introdução.....	1
CAPÍTULO 1. Análise Documental: Gravidez na Adolescência.....	4
1.1. Adolescência e Sexualidade	4
1.2. Gravidez na Adolescência.....	5
1.3. Gravidez na Adolescência em Contexto de Desenvolvimento	7
1.4. Impactos da Gravidez na Adolescência	9
1.5. Educação e Gravidez na Adolescência.....	11
CAPÍTULO 2. Contexto de Estudo	14
2.1. Contextualização Socioeconómica de Cabo Verde.....	14
2.2. Sexualidade e Gravidez na Adolescência em Cabo Verde	16
2.3. Sistema Educativo Cabo-verdiano	20
2.4. Gravidez no Sistema Escolar: Intervenções e Legislação Cabo-verdiana entre 2001 e 2023.....	21
CAPÍTULO 3. Metodologia	26
CAPÍTULO 4. Gravidez na Adolescência e as Escolas Secundárias da Cidade da Praia	29
4.1. Caracterização das Escolas Entrevistadas	29
4.2. Abandono Escolar por Gravidez na Adolescência na Cidade da Praia.....	31
4.3. Familiaridade das Escolas Secundárias da Cidade da Praia com o Decreto-Lei nº47/2017 de 26 de outubro.....	35
4.4. Papel das Escolas Secundárias da Cidade da Praia no Combate ao Abandono Escolar por Gravidez.....	39
4.5. Desafios no Combate ao Abandono Escolar por Gravidez na Adolescência.....	43
4.6. Perspetivas Futuras.....	45
CAPÍTULO 5. Conclusões.....	49
Referências Bibliográficas	54
Anexos.....	57

Índice de Figuras

Figura 1 - Percentagem de mulheres com idades entre 20 e 24 anos que relataram um parto antes dos 18 anos e antes dos 15 anos	8
Figura 2 - Mulheres entre 20 e 24 anos que relatam um parto antes dos 18 anos e antes dos 15 anos, 2010 e projeções até 2030.....	9
Figura 3 - Número de grávidas captadas, grávidas e proporção de grávidas por faixa etária (10 - 19 anos) segundo Concelhos (2016).....	19

Glossário de Siglas

CCSSIDA - Comité de Coordenação e Combate à SIDA

CECJ - Escola Centro Educativo de Coração de Jesus

CERMI – Centro de Energias Renováveis e Manutenção Industrial

DNE - Direção Nacional de Educação

DST - Doenças Sexualmente Transmissíveis

ESAD - Escola Secundária Abílio Duarte

ESCS - Escola Secundária Constantino Semedo

ESPCR - Escola Secundária Polivalente Cesaltina Ramos

ESPG - Escola Secundária Pedro Gomes

FNUAP - Fundo das Nações Unidas para a População

GOEVP - Direção Nacional de Educação, os Gabinetes de Orientação Escolar, Vocacional e Profissional

ICCA – Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente.

ICIEG - Instituto Cabo-Verdiano para a Igualdade e Equidade de Género

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

INE - Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde

MECD - Ministério da Educação, Cultura e Desportos

MpD - Movimento para a Democracia

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

ODS - Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONGs -Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PAICV - Partido Africano da Independência de Cabo Verde

PAIGC - Partido Africano da Independência/União dos Povos da Guiné e Cabo Verde

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PVV - Projeto Vocacional de Vida

SSR - Saúde Sexual Reprodutiva

Uni-CV – Universidade de Cabo Verde

VERDEFAM – Associação Cabo-verdiana para a Proteção da Família.

Introdução

A Organização Mundial de Saúde (OMS, 2024) define a gravidez na adolescência como uma gravidez que ocorre em raparigas com idade compreendida entre os 10 e os 19 anos. São diversas as complexidades derivadas de uma gravidez neste contexto e como tal esta questão é internacionalmente tratada como um problema de saúde pública. Segundo o relatório de diretrizes da OMS sobre a prevenção da gravidez precoce com foco nos adolescentes em países em vias de desenvolvimento, nos países de baixo e médio rendimento as complicações provenientes da gravidez e do parto são a principal causa de morte entre mulheres jovens (15-19 anos). No caso destas gestações serem indesejadas, consideram-se e são realizados abortos que podem ser inseguros. Os impactos da gravidez na adolescência fazem-se sentir em diversos domínios, entre os quais: (1) saúde; (2) social e (3) económico. Segundo um estudo efetuado pelo Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), os impactos na saúde em contexto de gravidez são piores para mulheres entre os 15 e 19 anos por três razões: (i) mulheres adolescentes podem não saber quando procurar ajuda, tal como podem não ter os recursos financeiros ou apoio da família para esse efeito; (ii) adolescentes podem somente iniciar os cuidados pré natais numa fase mais avançada da gravidez; (iii) a qualidade de serviços de saúde disponíveis para grávidas adolescentes pode não ser a ideal (Panday et al., 2009). No que diz respeito à dimensão social e económica, a relação entre gravidez na adolescência e a sexualidade faz com que esta questão se mantenha inevitavelmente associada a estigmas e questões morais (Panday et al., 2009), este fator tem um forte impacto no que concerne aquilo que é a relação destas jovens tanto com a família, como amigos e a sociedade em que estão inseridas. Posteriormente, a educação apresenta-se como um pilar essencial de desenvolvimento individual e coletivo e neste contexto a gravidez na adolescência coloca limites a este alcance, pois, as condições de estudo são modificadas.

No caso cabo-verdiano, considerando o indicador 3.7.2 do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 “Saúde e Bem-Estar”, número de nados-vivos de mães adolescentes (grupos etários 10-14 e 15-19) por 1000 mulheres. Dos grupos etários em questão, de acordo com o Relatório Estatístico 2022: Agendas 2030&2063 realizado pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, no ano 2015 foram registados no país 65,1 nados-vivos por 1000

jovens, no ano de 2016 cerca de 67,8 nados-vivos, em 2017 64,2 nados-vivos, em 2018 60,1 nados-vivos, em 2019 55 nados-vivos e em 2020 44,3 nados-vivos.

Em 2018 foi publicado pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE), o terceiro Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva do país (IDSR-III) que constatou que à data do inquérito a proporção de adolescentes entre os 15 e os 19 anos que declararam já ter um filho era de 12% (INE, 2018b). Constatou-se ainda que, entre as jovens dentro do grupo etário 15-19 anos que declararam estar grávidas do primeiro filho à data do inquérito existe uma maior proporção de jovens grávidas a partir dos 17 anos em 5,4%, verifica-se que as jovens de 18 anos apresentam a percentagem mais acentuada em 7,3% e as jovens de 19 anos em 4,8%.

Nota-se que a prevalência da gravidez na adolescência em Cabo Verde tem despertado anseios crescentes e este fator apresenta-se como barreira à educação agravando-se em situações economicamente desfavorecidas, torna-se assim, uma questão fulcral para o sistema educativo do país. Considerando os desafios significativos que este sistema enfrenta perante a problemática imposta têm vindo a ser criadas políticas e programas para suprimir os mesmos e apoiar as adolescentes grávidas. Todavia, verifica-se que a aplicabilidade e eficácia destas políticas se revela questionável.

As fontes e literatura concernente à gravidez na adolescência em Cabo Verde são insuficientes. Maior parte da literatura existente projeta o seu foco nas questões de saúde sexual reprodutiva e histórias de vida, negligenciando as repercussões educativas que advêm da questão. Esta lacuna reforça a importância do presente estudo que proporciona uma perspetiva da questão dentro do ambiente escolar procurando analisar a eficácia das medidas existentes de apoio a adolescentes grávidas por intermédio da perspetiva dos membros diretivos das escolas secundárias.

Deste modo, a pesquisa guia-se pela seguinte pergunta: “Qual a relação existente entre a gravidez na adolescência e o abandono escolar em Cabo Verde? Considerando esta, quais os esforços existentes para a abordagem da questão e para o apoio à educação contínua e de qualidade de adolescentes grávidas?”.

Assim, o objetivo geral do estudo a desenvolver é compreender a relação entre a gravidez na adolescência e o abandono escolar em Cabo Verde, com maior foco na cidade da Praia. Para tal, estão traçados os seguintes objetivos específicos: (1) Analisar o estado atual da gravidez na adolescência em Cabo Verde; (2) Fazer um levantamento de ações e medidas tomadas até então como programas, políticas e campanhas que visam o apoio a jovens grávidas no sistema escolar; (3) Analisar o papel das escolas e segundo estas a eficácia das políticas existentes a serem

aplicadas e (4) Entender a relação entre gravidez na adolescência e abandono escolar na sociedade e na agenda de Desenvolvimento do país.

Deste modo, os resultados da presente investigação providenciam dados essenciais para o incentivo à revisão e elaboração de políticas que visem o apoio a adolescentes grávidas, dentro e fora do sistema educativo, e que assegurem a sua educação de uma forma mais inclusiva e equitativa.

Metodologicamente, o estudo recorreu a uma abordagem qualitativa feita através de análise documental e realização de entrevistas semiestruturadas.

A estrutura deste estudo compreende quatro partes distintas: (1) análise documental; (2) contexto de estudo; (3) metodologia e (4) estudo de caso. O primeiro capítulo consiste na revisão da literatura existente sobre a gravidez na adolescência, como esta varia em diferentes contextos e o impacto na educação em conjunto com o papel das instituições de poder nesta matéria. O segundo capítulo prevê o contexto de estudo onde é feita a contextualização socioeconómica de Cabo Verde, além desta é abordada a questão da sexualidade e gravidez na adolescência no país, é feito um retrato do sistema educativo cabo-verdiano e revisão das intervenções e legislação existente no período compreendido entre 2001 e 2023. O terceiro capítulo é constituído pela metodologia que fornece detalhes sobre os métodos utilizados na investigação, a justificação dos mesmos e processo de tratamento dos dados. O quarto e último capítulo consiste no estudo de caso sobre gravidez na adolescência e as escolas secundárias da cidade da Praia.

CAPÍTULO 1

Análise Documental: Gravidez na Adolescência

1.1. Adolescência e Sexualidade

A adolescência compreende um período de diversas mudanças, entre as quais físicas e psicológicas. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a adolescência dá-se entre os 10 e os 19 anos, correspondendo à fase da vida entre a infância e a idade adulta (OMS, s.d).

Segundo as Nações Unidas, a adolescência define-se pelo período após o início da puberdade no qual o indivíduo passa de criança a adulto e esta abrange as idades de 12 a 19 anos ou de 10 a 19 anos (Kisambira & Schmid, 2022). À data do ano de 2023 os adolescentes representavam cerca de 16% da população mundial. Globalmente, conta-se com a existência de cerca de 1,3 bilhão de adolescentes (UNICEF, 2023).

O conceito de adolescência prevê um desenvolvimento acelerado no crescimento físico, cognitivo e psicossocial dos adolescentes (OMS, s.d). Segundo Souza (2022), parte das mudanças constatadas na adolescência podem ser explicadas por fatores como o ambiente em que os adolescentes se inserem. No que concerne aquilo que o autor define por mudanças biológicas, estas representam “a transformação do estado não reprodutivo ao reprodutivo”. Como tal, assiste-se ao amadurecimento do sistema reprodutivo que suscita as mudanças características desta fase. O autor refere igualmente a eventual instituição de limites a cada sexo colocados pela sociedade em que estejam inseridos.

Becker (1985) afirma que na adolescência se sucede o desencadeamento das transformações corporais dos adolescentes, o que se traduz num processo profundamente complexo. Sublinha, tal como Souza (2022), que esta é a fase onde os jovens se tornam capazes de reprodução, adquirindo a “capacidade física de exercer a função sexual madura”.

De acordo com Rodrigues et al. (2016), acrescem às transformações características da adolescência fatores, como conflitos com o início das relações sexuais, ansiedade, insegurança, isolamento e transtornos de vínculos afetivos.

Num estudo realizado por Honig (2012), a autora aborda a teoria de Piaget na qual este afirma que a idade da puberdade é uma idade onde, na teoria, os adolescentes estão capacitados de agir no estágio denominado por “pensamento operacional formal”. Segundo Piaget, este é o

estágio em que “a pessoa se torna cada vez mais capaz de se engajar no pensamento lógico, capaz de fazer hipóteses, capaz de pensar sobre ideias abstratas, bem como objetos concretos, capaz de classificar símbolos e capaz de raciocinar hipoteticamente”. De acordo a Honig (2012), neste estágio os adolescentes deveriam ter a capacidade de perspetivar o futuro e os resultados para o mesmo de modo a exercerem escolhas mais sábias. Contudo, a autora afirma que diversos adolescentes se encontram longe deste exercício de raciocínio formal sobre as suas vidas, interações sociais e impulsos sexuais.

Elfenbein & Felice (2003) afirmam que o desenvolvimento precoce da puberdade é um fator de risco para a iniciação de atividades sexuais precoces, contudo, este não se revela o único. Diversos outros fatores psicossociais têm lugar no incentivo desta questão como a existência de normas culturais que aceitem relações sexuais precoces, a carência de presença parental, pobreza, baixa autoestima e mau desempenho escolar. As autoras afirmam ainda que, ao se tornam sexualmente ativos, os adolescentes frequentemente não utilizam ou recorrem aos métodos contraceptivos adequados. Neste seguimento, destacam-se três potenciais razões: (1) falta de conhecimento sobre os mesmos; (2) falta de compreensão sobre o risco pessoal de relações sexuais desprotegidas e (3) barreiras a cuidados médicos (Elfenbein & Felice, 2003). Constatam-se assim comportamentos de risco, do qual é exemplo a gravidez na adolescência.

1.2. Gravidez na Adolescência

A gravidez e a adolescência apresentam-se como duas fases evolutivas de relevante importância na vida das mulheres. Estas coincidem-se no desenvolvimento de transformações significativas num curto espaço de tempo (Bouzas & Miranda, 2004). De acordo com a OMS (2024), a gravidez na adolescência define-se por uma gravidez que ocorre em raparigas com idade compreendida entre os 10 e os 19 anos. Esta é, segundo a organização, um fenómeno global com consequências consideravelmente graves tanto socialmente como economicamente e no domínio da saúde. Segundo os dados da OMS, estima-se que todos os anos cerca de 16 milhões de meninas entre os 15 e os 19 anos dão à luz. Ademais, verifica-se que mundialmente uma em cada cinco meninas deu à luz antes dos 18 anos (OMS, 2024).

Diversas são as causas identificáveis para a gravidez na adolescência e como tal variam de acordo ao contexto onde têm lugar. O Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP) sublinha que a gravidez na adolescência se apresenta como o resultado de “diversas forças subjacentes sociais, económicas e de outras naturezas” (FNUAP, 2013). Verifica-se que em países de baixo e médio rendimento mais de 30% de raparigas casam antes dos 18 anos,

aumentando a probabilidade de engravidar precocemente. Também se constata que alguns adolescentes não têm conhecimento de como evitar a gravidez ou enfrentam dificuldades na obtenção de métodos contraceptivos. No entanto, mesmo em contextos onde estes métodos se encontram amplamente disponíveis nota-se que a sua utilização é menos provável nos adolescentes comparativamente aos adultos (OMS, 2014).

Em 2013 o FNUAP identificou no relatório da situação da população mundial 8 causas subjacentes da gravidez na adolescência, das quais: (1) pobreza; (2) casamento precoce; (3) desigualdade de gênero; (4) obstáculos aos direitos humanos; (5) violência e coerção sexual; (6) políticas nacionais que restringem o acesso à contraceção e à educação sexual apropriada à idade; (7) falta de acesso à educação e serviços de saúde reprodutiva; (8) falta de investimento em capital humano das adolescentes (FNUAP, 2013). Segundo o mesmo relatório, o FNUAP constatou ainda que jovens pertencentes a minorias étnicas, grupos marginalizados, com escasso acesso a saúde sexual reprodutiva, educação, informação e oportunidades económicas são mais propensas a engravidar precocemente. Do mesmo modo, são propensas a engravidar as jovens que se encontram em contexto de exclusão social, marginalização e pobreza sem possibilidade de exercer os seus direitos humanos básicos (FNUAP, 2013).

A taxa de natalidade na adolescência calcula-se como a razão entre o número de nascidos vivos de jovens com 19 ou menos anos num determinado ano ou outro período e a exposição à gravidez por adolescentes da mesma faixa etária (Kisambira & Schmid, 2022). De acordo à OMS (2024), a taxa de natalidade na adolescência tem verificado diminuições globalmente. Esta diminui de 64,5 nascimentos por 1000 mulheres na faixa etária dos 15-19 anos em 2000, para 41,3 nascimentos por 1000 mulheres em 2023. Todavia, as variações desta taxa verificam-se desiguais entre regiões e além disso, crescem enormes discrepâncias entre e dentro dos países. Verifica-se um declínio mais acentuado da taxa de natalidade na adolescência no Sul da Ásia, em contraste a declínios mais lentos como os constatados nas regiões da América Latina e Caribe e da África Subsaariana, sendo que estas regiões reúnem globalmente as taxas mais elevadas com, respetivamente, 99,4 e 52,1 nascimentos por 1000 mulheres no ano de 2022 (OMS, 2024).

Apesar da diminuição global que se verificou na taxa de natalidade na adolescência, a OMS afirma que o número real de partos por adolescentes mantém-se elevado. Neste seguimento, no ano de 2021 a África Subsaariana contou com o maior número estimado de nascimentos por jovens na faixa etária dos 15-19 anos em cerca de 6 114 000. Na mesma região, o número correspondente à faixa etária dos 10-14 foi de 332 000. No que concerne a esta faixa etária dos 10-14 anos, estima-se que globalmente em 2022 a taxa de natalidade na adolescência estava em

1,5 por 1000 mulheres. Considerando as variações por regiões, a mesma faixa etária registou 4,6 por 1000 mulheres na África Subsaariana e 2,4 por 1000 mulheres na América Latina e Caribe (OMS, 2024).

Apesar das diferenças significativas nas taxas de gravidez na adolescência existentes consoante o contexto verificado, existem denominadores comuns, entre os quais o *status* socioeconómico mais baixo, tal como o nível de educação (Elfenbein & Felice, 2003).

1.3. Gravidez na Adolescência em Contexto de Desenvolvimento

Segundo Bissell (2000), cada vez mais é enfatizada a necessidade de considerar componentes de diversos domínios no que concerne a análise da gravidez na adolescência como é o caso de questões raciais, étnicas, culturais e socioeconómicas. De acordo à autora, as jovens que engravidam na adolescência apresentam semelhanças no que diz respeito aos seus antecedentes familiares, educativos e restantes componentes mencionadas.

Como anteriormente referido, a gravidez na adolescência ocorre em diferentes escalas globalmente e em frequências variáveis que se dão consoante regiões e países distintos. No entanto, existem fatores que são comuns a todas as regiões que contribuem a uma maior probabilidade da ocorrência da gravidez na adolescência. Como tal, verifica-se que jovens economicamente desfavorecidas, residentes em áreas rurais ou remotas que tenham baixa escolaridade ou até mesmo analfabetas apresentam uma maior probabilidade de engravidar em contraste a jovens com uma situação financeira mais favorável, residentes em áreas urbanas e com um maior nível de escolaridade (FNUAP, 2013).

Verifica-se também que em países em vias de desenvolvimento, o alcance a uma saúde sexual e reprodutiva de qualidade se apresenta como um desafio aos adolescentes, principalmente a jovens mulheres que se deparam com questões adicionais como barreiras no acesso aos serviços e informações (ONU, 2020).

Segundo o relatório de diretrizes da OMS sobre a prevenção da gravidez precoce com foco nos adolescentes em países em vias de desenvolvimento, nos países de baixo e médio rendimento as complicações provenientes da gravidez e do parto são a principal causa de morte entre mulheres jovens (15-19 anos) (OMS, 2011). No caso destas gestações serem indesejadas, consideram-se e são realizados abortos inseguros (Chandra-Mouli et al., 2013).

De acordo aos dados apresentados pela OMS, no ano de 2019 verificou-se que nos países de médio-baixo rendimento as adolescentes na faixa etária dos 15-19 registaram cerca de 21 milhões de gravidezes por ano, das quais sensivelmente 50% foram indesejadas (OMS, 2024).

No mesmo ano, foi constatado que 55% das gravidezes indesejadas na faixa etária mencionada resultaram em abortos (OMS, 2024).

À data da publicação do relatório do Fundo de População das Nações Unidas sobre a situação da população mundial em 2013 concluiu-se que 95% dos partos de adolescentes tiveram lugar em países em vias de desenvolvimento. Além disso, constatou-se que 19% das jovens que se encontram nestes países engravidaram antes dos seus 18 anos. Sendo que as jovens com menos de 15 anos representam 2 milhões de 7,3 milhões de partos de adolescentes menores de 18 anos (FNUAP, 2013).

Como a figura abaixo demonstra, nota-se que entre as regiões em vias de desenvolvimento, a África Ocidental e Central apresentam o maior percentual de mulheres na faixa dos 20-24 anos que afirmam ter tido um parto antes dos 18 anos, em 28%. As mesmas regiões registaram o maior percentual informado de partos antes dos 15 anos, em 6% (FNUAP, 2013).

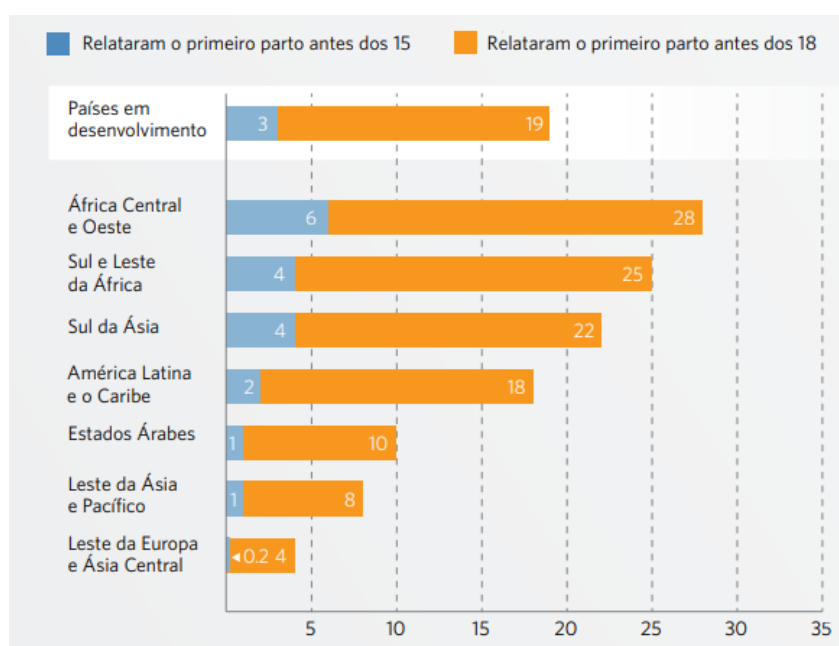


Figure 1 - Percentagem de mulheres com idades entre 20 e 24 anos que relataram um parto antes dos 18 anos e antes dos 15 anos. **Fonte:** (FNUAP, 2013).

Ademais, os dados do relatório do FNUAP (2013) preveem que no que concerne aos partos de jovens menores de 15 anos na África Subsaariana é expectável que estes dupliquem até 2030.

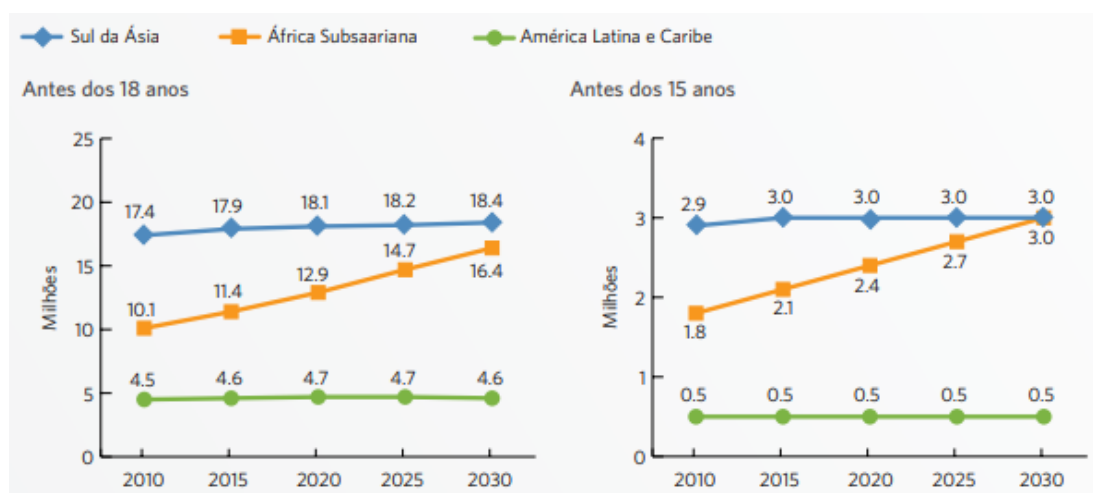


Figure 2 - Mulheres entre 20 e 24 anos que relatam um parto antes dos 18 anos e antes dos 15 anos, 2010 e projeções até 2030. **Fonte:** (FNUAP, 2013).

Em 2015, o relatório das Nações Unidas sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) de 2015 constatou que a nível regional as taxas de natalidade em adolescentes variavam entre um máximo de 112 por 1000 em áreas da África Ocidental e um mínimo de 6 por 1000 no sul da Ásia (FNUAP, 2015).

1.4 Impactos da Gravidez na Adolescência

São diversas as complexidades derivadas na ocorrência de uma gravidez na adolescência, como tal a questão é considerada como um problema de saúde pública (Morais, 2014). Os impactos da gravidez na adolescência fazem-se sentir em diversos domínios, entre os quais a saúde, o social e o económico.

No que concerne a saúde, segundo o FNUAP os impactos da gravidez são piores para mulheres entre os 15 e 19 anos pelas seguintes três razões: (1) mulheres adolescentes podem não saber quando procurar ajuda, tal como podem não ter os recursos financeiros ou apoio da família para esse efeito; (2) adolescentes podem somente iniciar os cuidados pré-natais numa fase mais avançada da gravidez; (3) a qualidade de serviços de saúde disponíveis para grávidas adolescentes pode não ser a ideal (Panday et al., 2009).

Segundo a OMS (2008), verifica-se também que as jovens adolescentes enfrentam um maior risco de morte por causas maternas em comparação a mulheres na faixa dos 20 aos 30 anos. Os riscos aumentam consoante a diminuição da idade materna, deste modo, adolescentes com menos de 16 anos enfrentam quatro vezes mais o risco de morte materna. Consequentemente, bebés nascidos de adolescentes também apresentam um maior risco de

morte em comparação a bebês nascidos de mulheres em faixa etárias mais elevadas (OMS, 2008).

A complexidade dos fatores associados à gravidez na adolescência faz com que esta seja considerada gravidez de alto risco (Pereira, 2019). Acresce o aumento da taxa de complicações médicas como anemia, pré-eclampsia, eclampsia, parto prematuro, risco de rutura do colo do útero e necessidade de nascimento por cesariana (Morais, 2014). Além disso, a incidência de baixo peso ao nascimento dá-se em dobro em comparação à gestação de mulheres adultas aumentando as probabilidades de um parto prematuro (Elfenbein & Felice, 2003).

No que diz respeito à dimensão social e económica, a relação entre gravidez na adolescência e a sexualidade faz com que esta questão se mantenha inevitavelmente associada a estigmas e questões morais (Panday et al., 2009), este fator tem um forte impacto no que concerne aquilo que é a relação destas jovens tanto com a família, como amigos e a sociedade em que estão inseridas. Neste contexto, manifestam-se problemas como a perda de interesse em socializar, tanto com a família como com a comunidade circundante. Segundo Panday et al. (2009), a gravidez na adolescência alimenta desigualdades de género existentes, na medida em que as jovens se tornam mais vulneráveis economicamente e consequentemente se podem tornar dependentes de parceiros masculinos.

Neste domínio, a gravidez na adolescência apresenta-se como um dos principais fatores de fragilidade que afetam o desenvolvimento das adolescentes (Pereira, 2019). A qualidade de vida das mesmas é afetada podendo levar à interrupção de projetos de vida nos quais se insere a educação. A perda de oportunidades na obtenção de educação influencia o conhecimento e o acesso à informação a adquirir pelas adolescentes. Do mesmo modo, afetam oportunidades de emprego e a qualidade na obtenção de condições no mesmo (Febrianti & Astuti, 2022).

Associado ao fator da educação levantam-se questões do domínio económico, a interrupção dos estudos gera dificuldades na inserção no mercado de trabalho, principalmente em famílias com menos recursos (Morais, 2014). A gravidez na adolescência pode ter um impacto profundo nas jovens colocando-lhes limites à estabilidade económica, constatando-se que em casos estas se tornam mães sem o conhecimento e os recursos necessários para lidar com as exigências da maternidade (Panday et al., 2009).

Estudos verificam a existência de uma ligação direta de causa e efeito entre baixa escolaridade e pobreza (Pereira, 2019), como tal, em contexto de gravidez na adolescência a pobreza pode tornar-se inevitável devido à responsabilidade económica seguida de uma renda insuficiente (Febrianti & Astuti, 2022).

1.5 Educação e Gravidez na Adolescência

A educação apresenta-se como um pilar essencial no percurso e desenvolvimento pessoal e coletivo e numa economia baseada no conhecimento esta é essencial. Assim, a gravidez na adolescência coloca limites a este alcance, pois, as condições de estudo são modificadas. Verifica-se que o abandono escolar se torna uma opção e em certos casos uma realidade que se prolonga com o nascimento da criança (Pereira, 2019). A probabilidade de abandono escolar agrava-se com condições economicamente desfavoráveis, assim, jovens pertencentes a famílias de baixo poder aquisitivo estão mais suscetíveis à necessidade de interromper e eventualmente abandonar por completo os estudos (Morais, 2014).

A dificuldade no progresso de escolarização ou a interrupção total do mesmo interfere altamente nas perspetivas futuras das jovens adolescentes. O presente fator interfere na inserção no mercado de trabalho, o que em determinados contextos incentiva a continuidade do ciclo de pobreza (Morais, 2014). A gravidez na adolescência não conduz necessariamente à pobreza, contudo pode de facto piorar a situação económica em que as jovens se encontram (Panday et al., 2009). Ademais, a análise de Panday et al. (2009) constata que mulheres que foram mães na adolescência tendem a ter menos anos de educação em comparação a mulheres que tiveram o seu primeiro filho depois dos 20 anos. Ademais, a mesma análise conclui que a reinserção no ensino escolar por parte de jovens que engravidaram requer um forte suporte familiar. A falta de apoio por parte dos pais destas jovens revela-se significativa na contribuição para elevadas taxas de abandono escolar. Assim, em contextos em que as jovens se apresentam como as únicas responsáveis pelo cuidado dos seus filhos verifica-se que o seu retorno ao sistema escolar é mais improvável (Panday et al., 2009).

O abandono escolar como consequência da gravidez na adolescência revela-se distinta consoante o género. De acordo com Padilha et al. (2011), as jovens que engravidam justificam a interrupção dos estudos pela responsabilidade para com o cuidado, sustento do filho e tarefas domésticas. Quanto aos pais jovens, estes justificam a interrupção dos estudos pela necessidade de obtenção de rendimentos por intermédio do trabalho.

Segundo Silva et al. (2023), é imprescindível perceber as dinâmicas relacionadas à gravidez na adolescência, como tal afirma que “a escola é um espaço no qual a expressão desses entendimentos pode ser possível, pois é um local onde o adolescente participa de relações e interações significativas, além do espaço familiar e da sua comunidade. Ademais, é um espaço que apresenta como função a busca do conhecimento pautado na ciência e na criticidade”. Sublinha que o conhecimento se constrói por intermédio da interação entre sujeitos e assim, a

escola apresenta-se como um ator que leva os jovens a “superar conceitos construídos no dia a dia (...) o sujeito poderá assumir uma postura social ativa a partir da apropriação de conhecimentos científicos, atuando para a superação da sua realidade e a favor de melhorias para o sujeito e a sua comunidade.” (Silva et al., 2023).

Aqui é enfatizada a importância do desenvolvimento de programas e estratégias por parte das escolas, tanto na problematização de comportamentos, concepções e preconceitos como na compreensão de diferentes aspectos envolventes à realidade dos alunos (Silva et al., 2023). Na questão da gravidez na adolescência, Silva et al. (2023) propõem uma colaboração entre a comunidade escolar e os serviços de saúde na criação de programas de atendimento à saúde e ações que incentivem um melhor entendimento sobre saúde sexual. Ademais, Silva et al. (2023) reforça a importância da existência de uma rede entre alunos, professores, diretores, profissionais de saúde e famílias.

A análise realizada por Padilha et al. (2011) aponta a existência de estudos que retratam a necessidade de criação de políticas e programas que visem o combate à gravidez na adolescência, tal como programas de incentivo tanto à permanência no sistema escolar como ao retorno das jovens. A mesma análise ainda faz referência a um estudo realizado sobre a associação entre educação básica e serviços pré-natais nos Estados Unidos da América onde se concluiu a existência de uma redução na taxa de abandono escolar quando da assistência pré-natal dada às jovens numa escola de saúde num centro urbano, denominada por “escola alternativa”. De acordo aos autores, tais resultados, reafirmaram “a importância de financiamento e avaliação das bases escolares, centros de saúde e de outras intervenções que possam melhorar os resultados negativos entre maternidade e adolescentes” Padilha et al. (2011).

A gravidez na adolescência pode apresentar obstáculos ao exercício de direitos à educação e à saúde conforme estes estão previstos em tratados internacionais como a Convenção sobre os Direitos das Crianças (FNUAP, 2013). Assim, a saúde e a educação revelam-se setores essenciais para o entendimento desta questão, do mesmo modo são a base de diversas agendas de desenvolvimento, tanto a nível nacional como global. Neste seguimento, FNUAP (2013) propõe o que se denomina por “abordagem ecológica” para a gravidez na adolescência. Este foi um modelo desenvolvido por Robert Blum, na Escola John Hopkins Bloomberg de Saúde Pública, esta abordagem “leva em conta toda a gama dos complexos determinantes desse fenómeno e a interação dessas forças” (FNUAP, 2013). O mesmo pode auxiliar entidades como governos, gestores públicos e partes interessadas na compreensão dos desafios da questão e na posterior elaboração de estratégias e intervenções mais eficazes. Para além de contribuírem para

a redução do número de gestações na adolescência, as intervenções poderão igualmente assistir à destruição de barreiras existentes ao empoderamento das jovens (FNUAP, 2013).

O presente modelo revela que a gravidez na adolescência não ocorre num “vácuo” e que é a consequência da conjugação de fatores como a pobreza generalizada, fracos esforços para a permanência das meninas no ensino escolar e a aceitação de casamentos precoces. Neste contexto, abordar os desafios inerentes à gravidez na adolescência por intermédio de medidas que visem a proteção dos direitos humanos é essencial para o fim do ciclo vicioso de violação dos mesmos direitos, desigualdade, pobreza, exclusão e gravidez na adolescência. Assim, o FNUAP afirma a importância de programas multissetoriais e estratégias a desenvolver pelos governos, com reforço da colaboração com o que designam por partes interessadas e portadores de responsabilidade como pais, líderes comunitários e professores (FNUAP, 2013).

Cada vez mais se têm verificado esforços internacionais no combate e prevenção da gravidez na adolescência. Exemplo do mesmo são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e os seus indicadores, nomeadamente o 3.7.2 “Taxa de natalidade na adolescência (10-14 anos; 15-19 anos) por 1000 mulheres nessa faixa etária” e o 5.3.1 “Proporção de mulheres de 20 a 24 anos casadas antes dos 18 anos (OMS, 2024).

Em 2016, as estatísticas vitais do país registaram cerca de 67,8 nados-vivos por cada 1.000 jovens com idades entre os 15 e os 19 anos. Desde então, verificou-se uma contínua diminuição do número de nados-vivos de jovens mães adolescentes com as idades mencionadas. Neste seguimento, no ano de 2019 verificaram-se 55 nados-vivos por cada 1.000 jovens, seguidos de 44 nados-vivos para cada 1.000 jovens no ano de 2020 (INE, 2023b, p.18).

CAPÍTULO 2

Contexto de Estudo

2.1. Contextualização Socioeconómica de Cabo Verde

Cabo Verde é um arquipélago situado a 455km da costa africana, as suas ilhas estendem-se por aproximadamente 4033 km². O arquipélago é constituído por dez ilhas, das quais nove são habitadas. Estas dividem-se em dois grupos, o de Barlavento de onde sopra o vento e de Sotavento por onde se escoia o vento. O grupo de Barlavento é composto por seis ilhas, das quais Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista. O grupo de Sotavento é constituído por 4 ilhas, Maio, Santiago, Fogo e Brava (Governo de Cabo Verde, n.d.).

O país é insular com origem vulcânica. O seu clima é conhecido por ser tropical seco, assim, conta com altas estações de seca e escassos períodos de chuva. Tal fator resulta numa carência significativa de recursos hídricos. Além disso, a insularidade do país conjugada com a seca e pressão demográfica provoca a saturação dos recursos naturais, a degradação do meio ambiente e o desencadeamento de outros problemas (Baleno, 2013, p. 18).

O arquipélago cabo-verdiano era desabitado, em 1462 no âmbito das viagens de expansão marítima dos portugueses deu-se o início do povoamento das ilhas (Baleno, 2013, p.15). Este povoamento verificou-se em primeira instância em Santiago e na ilha do Fogo por europeus e pessoas escravizadas oriundas da costa ocidental africana (Fortes, 2014, p. 9).

Neste seguimento, o território cabo-verdiano permaneceu assim sob o domínio português. A 19 de setembro de 1956, Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Luís Cabral, Júlio de Almeida, Fernando Fortes e Elisée Turpin criaram o Partido Africano da Independência/União dos Povos da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) que visava a independência de Cabo Verde e da Guiné-Bissau. Originalmente o PAIGC apresentou-se como um movimento de abordagem pacífica, a sua primeira estratégia passou por pedir a retirada pacífica das tropas portuguesas da antiga colónia da Guiné-Bissau. No entanto, o insucesso desta abordagem e a falta de colaboração de Portugal perante os apelos do partido resultaram na criação de medidas mais violentas. Assim, o ano de 1962 foi marcado pelo início da luta armada contra a ocupação portuguesa (PAIGC, 2022).

A 5 de julho de 1975 foi proclamada a independência de Cabo Verde, a resolução 93-7 da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu a independência sem

precedentes da Guiné-Bissau e de Cabo Verde (PAIGC, 2022). Todavia, com a independência agregaram-se diversos anseios como as viabilidades económicas do país.

Atualmente Cabo Verde é uma das democracias de destaque do continente africano, esta combina um sistema partidário altamente institucionalizado com características institucionais únicas como é exemplo a constituição semipresidencialista equilibrada que favorece relações intra executivas moderadas (James et al., 2023, p. 219). A alternância política dá-se entre o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) e o Movimento para a Democracia (MpD), os dois partidos com maior dimensão no país. Esta alternância sucede-se através da realização de eleições (James et al., 2023).

Em termos económicos, o país tem uma economia aberta, está dependente dos serviços como o turismo, da ajuda externa e das remessas dos seus emigrantes. O setor predominante é o terciário com o comércio, transportes, turismo e serviços públicos. A indústria é de pequena escala, a produção passa essencialmente por itens alimentícios, bebidas, peixe congelado, calçados e sal. Também se verifica a operação em reparos de navios e na mineração, dá-se a exploração de sal e de depósitos de pozolana em menor escala (Baleno, 2013, p. 18). O país acaba por ser extremamente dependente do exterior sendo que importa muito mais do que exporta em adição à escassez dos recursos naturais (Lopes, 2024, p. 51). Todavia, mesmo com um mercado interno pequeno, este apresenta algum dinamismo. Tem-se verificado o crescimento da construção civil por intermédio da atividade turística e o incentivo da mesma. Ademais, o turismo impulsiona o mercado interno pela necessidade de estar abastecida de alimentos, energia e mesmo atividades de lazer fornecidas por outros setores (Baleno, 2013).

Segundo o mais recente recenseamento publicado pelo Instituto Nacional de Estatística em 2021 e atualizado em 2023, Cabo Verde tem cerca de 491 233 habitantes, entre os quais 246 363 são do sexo masculino e 244 870 do sexo feminino. É de notar que a população até aos 14 anos representa 28,2%, a população entre os 15 e os 65 representa 65,1% e a população acima dos 65% representa cerca de 6,7% (INE, 2023a). Cabo Verde é assim constituído por uma população consideravelmente jovem.

No que concerne o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, o relatório de Desenvolvimento Humano 2023-2024 publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) indica que Cabo Verde se encontra na 131^a posição. É assim, o país lusófono com melhor classificação (Francisco, 2024).

2.2 Sexualidade e Gravidez na Adolescência em Cabo Verde

Nos passados vinte anos verificou-se o aumento da atenção do Governo de Cabo Verde para com questões de Saúde Sexual Reprodutiva (SSR). Este esforço traçou-se através do objetivo de oferecer serviços qualificados e universais a todos os adolescentes, jovens e adultos do país. Como tal, neste espaço de tempo, verificou-se, entre outros aspetos, o aumento do financiamento do Programa Nacional de Saúde Reprodutiva (Costa et al., 2021). Todavia, de acordo a Costa et al. (2021) ainda se constata a persistência de problemas de Saúde Sexual Reprodutiva no país, entre os quais: (1) o início precoce da vida sexual e elevadas taxas de gravidezes não planeadas; (2) a adoção de comportamentos de risco ligados ao início da vida sexual, como o consumo de álcool; (3) estimativas de elevadas taxas de abortos ilegais, relacionados a barreiras institucionais, financeiras e culturais e (4) conhecimento inadequado sobre a infeção pelo HIV, apesar das recentes melhorias constatadas nos indicadores de uso de preservativo. Costa et al. (2021) afirma ainda que, ademais aos fatores mencionados, entre as questões sociais mais significativas do país está a elevada taxa de gravidez na adolescência e os problemas de saúde associados à fertilidade.

No seguimento da gravidez na adolescência em Cabo Verde, para um entendimento fundamentado sobre o estado da mesma no país, importa compreender o leque de fatores que expõem as adolescentes ao risco de gravidez. Segundo Tavares et al. (2011) são diversos os fatores que se associam ao início da vida sexual como próprias características individuais, escolaridade, religião, idade e género. Tal como influências familiares, a estrutura, o relacionamento e tipo de comunicação existente neste meio.

No caso cabo-verdiano, à data do ano de 2018, a idade mediana da primeira relação sexual das mulheres na faixa dos 25-49 anos era de 17,4 anos. No que concerne à idade mediana da primeira relação sexual dos homens, esta estava nos 16, 4 anos. De acordo a Tavares et al. (2009) os jovens cabo-verdianos têm iniciado a sua vida sexual em idades cada vez mais jovens. Os autores afirmam que de acordo às lógicas existentes de relações de género os adolescentes do sexo masculino iniciam a sua vida sexual numa fase mais precoce em comparação a adolescentes do sexo feminino. Ademais, justificam esta questão pela perceção existente de que os rapazes se sentem mais motivados a iniciarem uma vida sexual. Aquando das raparigas que sentem que esta iniciação pode vir a entrar em conflito com as expectativas sociais estipuladas para as mesmas.

No que concerne a perceção dos adolescentes sobre a sexualidade, de acordo à linha de pensamento de Varela (2008), entre os adolescentes cabo-verdianos, o sexo e a sexualidade são

matérias normalmente abordadas entre si e até mesmo em contexto escolar através de disciplinas que transversalmente abordam a questão. No entanto, no seio familiar verifica-se que não são todas as famílias que abordam ou encaram a sexualidade e o sexo com naturalidade, sendo questões que ainda se prendem com preconceito e tabu.

De acordo ao estudo de Tavares et al. (2011) sobre o início da vida sexual de adolescentes da ilha de Santiago, concluiu-se que os adolescentes comprovam estar cientes e informados sobre sexualidade. Ademais, a amostra estudada revelou um alto nível de informação sobre os mais conhecidos métodos contraceptivos. Do mesmo modo, o artigo de Marinho & Silva (2021) sobre as práticas sexuais e o cuidado com a saúde pelos olhares de adolescentes cabo-verdianos retirou uma conclusão semelhante afirmando que no que concerne a práticas sexuais, verificou-se o conhecimento dos adolescentes sobre os comportamentos saudáveis. Todavia, os autores realçam que este conhecimento verificado não se traduz essencialmente como garantia para “balizar a conduta do sujeito (Marinho & Silva, 2021).

Semedo (2022) afirma que a falta de conhecimento sobre métodos contraceptivos e o seu uso correto agrava a taxa de gravidez na adolescência. A autora afirma ainda que no contexto cabo-verdiano verificam-se casos de adolescentes que encaram a gravidez como um meio de independência, provando a sua feminidade e como forma de sublevação em relação aos progenitores.

O estudo de Semedo (2022) sobre gravidez precoce em adolescentes cabo-verdianas aborda amplamente a situação familiar dos adolescentes e como as dinâmicas familiares podem influenciar nos comportamentos sexuais dos jovens adolescentes. A autora afirma que esta influência pode ter consequências, entre as quais, a gravidez na adolescência. Tal pode justificar-se pela falta de acompanhamento parental e de informações. Semedo (2022) destacou ainda a predominância de famílias monoparentais no contexto cabo-verdiano, sublinhando que a estrutura familiar em que os adolescentes se inserem influencia a conduta dos mesmos.

A análise de Ferreira (2015) sublinha que se verifica a tendência de um parceiro mais velho quando as jovens iniciam a sua vida sexual. Ademais, afirma que “na cultura cabo-verdiana a mulher não tem um papel decisivo no que respeita às questões da sexualidade, sendo embaraçoso abordá-las” (Ferreira, 2015).

No que concerne à idade da primeira união verifica-se que esta é mais tardia em comparação à iniciação sexual, o que nos permite concluir que no contexto cabo-verdiano as primeiras relações sexuais das mulheres se dão fora do contexto de união (INE, 2018, p. 56). Contudo, para ambos os géneros, a idade mediana está sujeita a mudanças consoante determinadas variações. Ao considerar o meio de residência verifica-se que as mulheres da faixa etária 25-49

anos que vivem no meio urbano têm as primeiras relações sexuais mais cedo (17,3 anos) em contraste às mulheres do meio rural (17,5 anos). Do mesmo modo, verificam-se variações aquando do nível de instrução, sendo que a idade mediana da primeira relação sexual aumenta com o nível de instrução. Esta encontra-se em 16,6 anos para mulheres sem qualquer nível de instrução e em 17,1 para mulheres com o ensino básico. Para mulheres com o nível de ensino superior a idade mediana está nos 18,2 anos (INE, 2018, p. 56).

Importa igualmente ter conhecimento da idade da mulher cabo-verdiana ao nascimento do seu primeiro filho e do mesmo modo compreender os fatores e variações inerentes a este. De acordo ao INE (2018, p.69) a idade mediana para o nascimento do primeiro filho das mulheres na faixa 25-49 anos é de 20,7 anos. Constata-se que 21% destas tiveram o seu primeiro filho antes de atingirem os 18 anos. O cálculo da idade mediana no nascimento do primeiro filho também varia consoante fatores como o poder aquisitivo, área de residência e nível de instrução. Assim, verifica-se uma tendência de aumento na idade mediana em contextos onde o poder aquisitivo é maior (23,3 anos) e uma diminuição onde o poder aquisitivo é menor (19,5 anos).

No que concerne a fecundidade das adolescentes cabo-verdianas, o INE (2018b) concluiu que 16% das jovens na faixa etária dos 15-19 anos já iniciaram a sua vida procriativa, sendo que destas 12% já teve o seu primeiro filho e 4% estavam grávidas do primeiro filho.

Nota-se que, de acordo com as estatísticas existentes por local de residência, as adolescentes que vivem nas zonas rurais do país apresentam taxas de fecundidade mais elevadas do que as que vivem nas zonas urbanas. Esta disparidade tem se vindo a pronunciar mais desde 2005 (INE, 2018).

Além disso, é evidente que a maior proporção de adolescentes (15-19 anos) que iniciam a vida procriativa corresponde a jovens que detêm um menor nível de escolaridade. À data do Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva (IDSR-III) publicado pelo INE em 2018, 37% das adolescentes com escolaridade básica ou estavam grávidas do primeiro filho ou já eram mães, em contraste às jovens com escolaridade superior (2%). Além disso, as estatísticas indicam que o poder aquisitivo do agregado familiar está correlacionado com a fertilidade dos adolescentes. Apenas 9% dos adolescentes com maior poder aquisitivo começaram a ter filhos, em comparação aos 25% de adolescentes nos agregados familiares com menor poder aquisitivo (INE, 2018, p. 70).

Em 2016, os serviços de saúde reprodutiva do país receberam cerca de 10.440 grávidas, entre as quais 2.132 se encontravam em idade precoce. Do total de meninas grávidas registadas, 36 encontravam-se na faixa etária dos 10-13 anos, 417 na faixa etária dos 14-16 anos e 1.679 pertenciam à faixa etária dos 17-19 anos. Nestas, verificou-se um aumento significativo no

número de grávidas na faixa etária dos 10 aos 13 anos. A figura abaixo retrata o número de grávidas registadas no país e a sua proporção consoante a faixa etária e região (INE, 2018a, 2023b).

	Grávidas Captadas	Idade das Grávidas (Gravidez Precoce)					
		10 - 13 Anos		14 - 16 Anos		(17 - 19 Anos)	
		Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Cabo Verde	10 440	36	0,3	417	4,0	1 679	16,1
Ribeira Grande	193	...	...	10	5,2	82	42,5
Paul	71	0	0,0	4	5,6	21	29,6
Porto Novo	260	0	0,0	23	8,8	62	23,8
S. Vicente	1 324	6	0,5	49	3,7	307	23,2
Ribeira Brava	104	0	0,0	9	8,7	25	24,0
Tarrafal de S. Nicolau	105	...	...	5	4,8	12	11,4
Sal	741	0	0,0	33	4,5	70	9,4
Boavista	365	...	...	9	2,5	38	10,4
Maio	106	0	0,0	4	3,8	18	17,0
Praia	3 555	13	0,4	124	3,5	438	12,3
Ribeira Grande de Santiago	97	...	...	7	7,2	30	30,9
São Domingos	111	0	0,0	7	6,3	19	17,1
Santa Cruz	412	...	...	30	7,3	83	20,1
São Lourenço dos Órgãos	128	...	...	5	3,9	24	18,8
Santa Catarina Santiago	1 084	...	...	37	3,4	161	14,9
São Salvador do Mundo	111	0	0,0	...	...	23	20,7
São Miguel	387	...	...	13	3,4	55	14,2
Tarrafal	356	0	0,0	8	2,2	64	18,0
São Filipe	499	...	...	22	4,4	77	15,4
Santa Catarina do Fogo	92	0	0,0	...	...	18	19,6
Mosteiros	179	0	0,0	6	3,4	33	18,4
Brava	164	0	0,0	8	4,9	19	11,6

Figure 3 - Número de grávidas captadas, grávidas e proporção de grávidas por faixa etária (10 - 19 anos) segundo Concelhos (2016). **Fonte:** (INE, 2018a).

A gravidez na adolescência em Cabo Verde e o seu combate é uma questão presente na agenda de Desenvolvimento do país e nos esforços ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Deste modo, o INE publica anualmente o relatório estatístico da Agenda 2030/2063. Neste seguimento, o indicador 3.7.2 “Número de nados-vivos de mães adolescentes (grupos etários 10-14 e 15-19) por 1 000 mulheres destes grupos etários” do ODS 3 “Saúde de Qualidade” permite-nos a análise da evolução da questão no país.

Em 2016, as estatísticas vitais do país registaram cerca de 67,8 nados-vivos por cada 1.000 jovens com idades entre os 15 e os 19 anos. Desde então, verificou-se uma contínua diminuição do número de nados-vivos de jovens mães adolescentes com as idades mencionadas. Neste seguimento, no ano de 2019 verificaram-se 55 nados-vivos por cada 1.000 jovens, seguidos de 44 nados-vivos para cada 1.000 jovens no ano de 2020 (INE, 2023, p. 18).

Quanto às determinantes por detrás da questão da gravidez na adolescência em Cabo Verde, constata-se que os elevados números de casos existentes se justificam por fatores como fragilidades educativas e económicas que colocam inevitavelmente jovens mulheres adolescentes numa situação de fragilidade tanto socialmente como familiarmente (Ferreira, 2015). Ferreira (2015), destaca que a gravidez na adolescência é a principal causa do abandono escolar de meninas na faixa etária dos 15-17 anos de idade.

Neste seguimento, segundo Semedo (2022, p.33) a família é um ator imprescindível na prevenção da gravidez na adolescência, ainda mais quando são os únicos com quem os jovens podem falar abertamente. No entanto, como constatado anteriormente esse nem sempre se verifica ser o caso.

No que diz respeito aos impactos da gravidez na adolescência nas adolescentes cabo-verdianas nota-se que esta é bastante discriminatória e ao nível da escolaridade é em maior dimensão para as raparigas do que para os rapazes. Neste contexto e segundo um estudo realizado na cidade da Praia por Pina (2014), também se constata que este é um fator altamente transformativo na vida das adolescentes e como tal, às responsabilidades escolares acrescem as exigências da gravidez. Aqui, verifica-se que as mesmas priorizam a maternidade em detrimento da educação, o que faz o abandono escolar consequência da gravidez na adolescência (Semedo, 2022). No seguimento do abandono escolar, Semedo (2022) afirma que o mesmo põe em causa expectativas futuras em termos de formação das jovens. Assim, a autora destaca outro impacto da gravidez na adolescência que passa pela perda de confiança das famílias.

2.3 Sistema Educativo Cabo-verdiano

O sistema educativo cabo-verdiano é regido pela Lei de Bases do Sistema Educativo¹ e é nesta que está assente o quadro geral do sistema. Este compreende 3 subsistemas, a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extraescolar. No que concerne à educação escolar, esta abrange igualmente 3 subsistemas, o ensino básico, secundário e superior. No que diz respeito ao ensino básico, este está estipulado como universal, obrigatório e gratuito. A sua duração corresponde a 8 anos e organiza-se em dois ciclos sequenciais, cada um com quatro anos. Quanto ao ensino secundário, este é constituído por um único ciclo de quatro anos correspondentes ao 9º e 12º ano (ARES, sem data). Na Lei de Bases encontra-se ainda a

¹ Decreto-Lei n.º 2/2010, de 7 de maio que posteriormente veio a ser alterado pelo Decreto-Legislativo n.º 13/2018 de 7 de dezembro

reafirmação do princípio de educação para todos e o dever do Estado na promoção da igualdade e acesso universal de oportunidades (Pina, 2014).

Sendo anteriormente a escolaridade obrigatória de seis anos, no ano letivo 2016/2017 esta passou a ser de 8 anos (PANAPRESS, 2014). Em 2018, segundo o Diário de Notícias (2018), o Governo cabo-verdiano assegurou estar a trabalhar no alargamento da escolaridade obrigatória com isenção de propinas até ao 12º ano.

De acordo a Flo (n.d.), a educação em Cabo Verde verificou as suas mais recentes melhorias por intermédio do Plano Estratégico da Educação 2017-2021 que tem por objetivo o alcance do ODS 4 “Educação e Qualidade”. Verificou-se o aumento dos gastos do Governo com a educação por intermédio do aumento orçamental de 23,3% para 24,09% em 2021. Entre os progressos constatados, deu-se a melhoria do acesso à educação primária e secundária. Ademais, em 2021 a taxa de escolarização do país estava em 92,4%. No que concerne a taxa de alfabetização, esta encontrava-se nos 88,5% no ano de 2019. Além disto, o Plano Estratégico da Educação 2017-2021 ainda proporcionou a implementação de programas como o Programa Educação de Excelência no qual, em 2020, foram concedidos 93,2 milhões de dólares americanos, entre os quais 6,4 milhões para bolsas de estudo (Flo, n.d.). Posteriormente, o ano de 2022 também verificou melhorias no sistema educativo com a ratificação da Convenção Contra a Discriminação na Educação oficialmente implementada a 5 de janeiro de 2023 (Flo, sem data).

Todavia, apesar das melhorias constatadas, a educação em Cabo Verde continua a enfrentar diversos desafios que se prendem com desigualdade, discriminação, falta de infraestruturas e de qualidade no ensino (Flo, n.d.). Segundo Flo (n.d.), um dos desafios de maior dimensão passa pelos custos ocultos da educação. Apesar da escolaridade obrigatória ser gratuita, os encarregados de educação lidam diariamente com diversos custos adicionais como são exemplo os transportes, as refeições e os materiais escolares que têm um peso significativo em famílias de baixa renda. Ademais, a frequência no ensino secundário e superior implicam mensalidades. Como afirma Flo (n.d.), estes são fatores causadores e perpetuadores da desigualdade no acesso à educação.

2.4 Gravidez no Sistema Escolar: Intervenções e Legislação Cabo-verdiana entre 2001 e 2023

O ano 2001 no Sistema Educativo cabo-verdiano foi marcado pela elaboração do novo currículo escolar. Com este, surgiram diversas questões concernentes ao ensino secundário, entre as

quais, a superlotação das escolas secundárias, o aumento da demanda e a incapacidade do Estado e do seu orçamento em acompanhar as exigências inerentes (ICIEG, 2010, p. 30).

Neste seguimento, foi elaborado um conjunto de medidas pelo então Ministério da Educação, Cultura e Desportos (MECD) que regiam o acesso e permanência ao ensino secundário. A primeira medida em vigor foi a suspensão temporária de alunas grávidas do ensino secundário, anunciada no documento de “Orientações Gerais para uma melhor gestão da questão da gravidez no meio escolar” (ICIEG, 2010, p. 30). De acordo ao documento e segundo o MECD, na maioria dos casos verificava-se a impossibilidade de as alunas terem um aproveitamento escolar positivo em contexto de gravidez, sendo que a conclusão dos estudos só se dava em “raras exceções”. Neste seguimento e em justificação da medida, o documento afirma que “a tentativa de conciliação dos estudos com a gravidez tem-se revelado particularmente difícil e dolorosa para as escolas, para as jovens, para os colegas e para os pais.”, acrescenta ainda a possível dimensão dos efeitos nocivos desta tentativa de conciliação (Monteiro, 2013, p. 307). Ademais, o documento aborda a incapacidade das escolas na receção de alunas grávidas, segundo este “a gravidez das alunas tem criado alguns constrangimentos no funcionamento quotidiano das escolas, uma vez que estas por si só não estão, nem podem estar em condições (nem em termos de estrutura física e equipamentos, nem em termos de apoio/aconselhamento psicológico) para fazer face a tal situação.” (Monteiro, 2013, p. 307). Além disso, é mencionado o corpo docente das escolas e a falta de preparação de professores para lidar com as alunas grávidas sob pretexto das suas mudanças psicológicas, mentais e fisiológicas (Monteiro, 2013, p. 307).

Segundo o MECD, esta medida não tinha qualquer tipo de caráter punitivo e foi encarada pelo ministério como meio de harmonizar “os princípios constitucionais de proteção da maternidade e da infância como o da garantia, nas condições possíveis, do direito de acesso ao ensino e à formação.” (Monteiro, 2013, p. 307). Ademais, acrescenta que a criação desta medida apresenta a oportunidade de as alunas grávidas retomarem os seus estudos após “a assunção dos deveres decorrentes da função da maternidade” (Monteiro, 2013, p. 307).

De acordo ao relatório do estudo de avaliação do impacto da medida de suspensão temporária das alunas grávidas do ensino secundário publicado pelo Instituto Cabo-Verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG), técnicos e dirigentes avançaram que a questão moral do mau exemplo e má imagem representada pela gravidez teve um peso significativo na criação da medida. Sendo esta perspetiva partilhada por importantes individualidades políticas, religiosas e da sociedade civil (ICIEG, 2010).

Com a implementação desta medida, o que se verificou foi a falta de oportunidades para alunas grávidas investirem na sua educação. O convite a ausentarem-se do sistema educativo enquanto lidavam com a maternidade resultou em dificuldades de reinserção por fatores como o limite de idade, dificuldades na integração social no seio escolar e faltas de apoios sociais. Como sublinha o ICIEG, tal resulta em limitações na aplicação do princípio de Educação para Todos consagrado na Constituição (ICIEG, 2010, p.31).

No período compreendido entre o ano letivo 2002/2003 e 2007/2008 cerca de 1594 alunas suspenderam as suas matrículas, destas 921 voltaram ao sistema escolar representado 58%, 673 não regressaram o que corresponde a 42%. Verificou-se que, das 921 alunas que regressaram, 515 tiveram aproveitamento (56%) e 406 não tiveram aproveitamento (44%). Conclui-se assim que 68% dos casos de suspensão da matrícula por gravidez desencadearam em insucesso escolar, sendo que 673 abandonaram o sistema educativo e 406 reprovaram. Estes dados revelam a ineficácia da medida aplicada em 2001 (ICIEG, 2010, p.42).

Posteriormente, em agosto de 2006 o Governo de Cabo Verde foi confrontado com esta questão na apresentação do relatório sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres sob a qual afirmou que “a medida inicialmente causou controvérsias em alguns sectores da sociedade civil face ao entendimento erróneo que se tratava de uma medida de expulsão e não de suspensão (...). Contudo (...) a suspensão (...) é (...) uma medida analisada caso a caso, tomada em concertação com um/a subdiretor/a de assuntos sociais (presente em todas as escolas) que em diálogo com os pais, a escola e a aluna, partilham a decisão de anular a matrícula” (Francisco, 2024; ICIEG, 2010).

Dezasseis anos após a implementação da medida de suspensão temporária de alunas grávidas do ensino secundário e perante a ineficácia da mesma, considerando a educação como um direito fundamental, a 26 de outubro de 2017 foi criado o Decreto-Lei nº47/2017 pelo Ministério da Educação. Este estabelece medidas de apoio social e escolar que garantem o acesso e permanência com qualidade de grávidas, mães e pais estudantes, proibindo a prática de suspensão de matrículas até então regente. O presente decreto aplica-se a grávidas, mães e pais estudantes que se encontrem tanto no ensino básico, como no secundário, ensino profissional ou ensino superior (República de Cabo Verde, 2017). No mesmo estão definidos direitos de ensino, tais como, o direito a dispensa por maternidade antes e após o parto, regime especial de faltas consideradas justificadas, adiamento de apresentações como entrega de trabalhos, realização de testes e de exames em época especial, direito a orientação específica dos Serviços de Ação Social da escola e direito a transferência de estabelecimento de ensino. O decreto também prevê apoio à frequência de creches e ensino pré-escolar onde são atribuídos

a mães e pais estudantes menores apoios para que os filhos (até cinco anos de idade) frequentem estabelecimentos de educação pré-escolar pública mediante acordos de cooperação com o Estado. Para além disso, o decreto também define deveres para as instituições educativas, entre os quais, orientação educativa, social e psicológica, informação e capacitação dos docentes de ensino em matéria de educação sobre saúde sexual e reprodutiva de modo a evitar atitudes de rejeição ou discriminação perante estudantes grávidas e garantir a estas estudantes a permanência no sistema educativo com a criação de condições condignas e de livre discriminação permitindo a sua participação em todas as atividades educativas (República de Cabo Verde, 2017). Todavia, foram constatados constrangimentos e obstáculos na aplicabilidade do Decreto-Lei n.º 47/2017 relacionados com a dificuldade das próprias instituições de educação em garantir as condições dispostas no decreto (Semedo:2022, p9).

Doravante, foram constatadas outras iniciativas de apoio a grávidas adolescentes no sistema educativo. No ano letivo 2018/2019 o ICIEG avançou com um projeto denominado “Ela Estuda por Dois”, a fase inicial do projeto consistiu na realização de um diagnóstico feito em quatro escolas: Liceu Domingos Ramos (Praia); Liceu Amílcar Cabral (Santa Catarina); Escola Secundária Luciano Garcia (São Lourenço dos Órgãos) e Escola Secundária Alfredo da Cruz Silva (Santa Cruz). Segundo o mesmo, constatou-se que não se deu a conhecer o Decreto-Lei n.º 47/2017 e não houve nenhuma apresentação formal do decreto e das medidas neste consagradas (OPaís.cv, 2020). Assim, verificou-se que o Decreto de Lei ainda era desconhecido, principalmente aos seus beneficiários. Segundo o diagnóstico, a falta de divulgação ao público sobre o Decreto de Lei e os seus direitos está diretamente ligado com a dificuldade das escolas na identificação de alunos alvo da referida lei (Fortes, 2020). Além disso, o diagnóstico revelou igualmente que a maioria dos professores/as e alunos/as ignoram o conteúdo do Decreto-Lei, o que resulta no receio por parte de alunas grávidas em revelar a sua condição. Ademais, foram identificadas questões como a dificuldade das grávidas em utilizarem os uniformes e cadeiras de sala de aula, comentários por parte de professores/as, colegas e dificuldade no acompanhamento das alunas grávidas. Estes são fatores que pesam significativamente na tomada de decisão de abandono escolar. Constatou-se ainda a dificuldade na elaboração de dados estatísticos referentes a alunas grávidas e mães (ICIEG, 2021).

O projeto “Ela Estuda por Dois” foi realizado em parceria entre o ICIEG e a Direção Nacional de Educação (DNE), com o financiamento da Fundação Mulheres por África e da Câmara de Vigo em Espanha. Este tinha por objetivo “estabelecer um protocolo de atuação para garantir o acesso, continuidade e qualidade da formação académica das grávidas e mães estudantes, favorecendo assim, a implementação do disposto no Decreto-Lei 47/2017 de 26 de

outubro”. No âmbito do presente projeto foi criado um guia de recomendações que tem por objetivo dar ferramentas práticas que permitam abordar as principais problemáticas identificadas no diagnóstico realizado. As orientações presentes deste documento são dirigidas a entidades como a Direção Nacional de Educação, os Gabinetes de Orientação Escolar, Vocacional e Profissional (GOEVP), Espaços de Inclusão Educativa e da Cidadania (EIEC) e ao corpo docente dos Agrupamentos de Escolas Agrupadas e Escolas não Agrupadas incluídas no projeto piloto acima mencionadas (ICIEG, 2021).

A mais recente iniciativa apresentada publicamente relacionada ao apoio e permanência de qualidade de alunas grávidas e mães foi divulgada em 2023 numa entrevista realizada pela DW África à diretora nacional de Inclusão Educativa da Direção Nacional da Educação, Maria Helena Andrade. Segundo a diretora, o Governo criou o Plano de apoio social ao ensino e formação de adolescentes. Este projeto visa apoiar o retorno de jovens meninas entre 12 e 21 anos, que por diversas razões se encontravam fora do sistema educativo, tanto ao ensino formal como ao ensino profissional. Estão assim previstas ações de apoio relacionadas a questões como o transporte e disponibilização de locais onde as jovens possam deixar os seus filhos no caso de já serem mães (Semedo, 2023).

CAPÍTULO 3

Metodologia

O presente capítulo tem por objetivo apresentar as opções metodológicas aplicadas no estudo em questão e fundamentar a pertinência das mesmas.

A investigação realizada seguiu uma abordagem qualitativa com base em análise documental e entrevistas semiestruturadas. Segundo Bryman (2016, p.380) a abordagem qualitativa distingue-se por características como: (1) a visão indutiva da relação entre a teoria e a investigação; (2) a posição epistemológica, interpretativa ativista com foco na compreensão do mundo social através do exame de interpretação desse mundo pelos seus participantes, e (3) a posição ontológica retratada como construcionista onde as propriedades sociais resultam da interação entre indivíduos.

A relação entre a gravidez na adolescência e o Sistema Educativo em Cabo Verde é complexa, assim, abrange fatores de distintas dimensões, tais como, sociais, culturais e pessoais. Para um entendimento consciente deste conjunto de fatores, a abordagem qualitativa permite explorar as experiências e percepções das partes interessadas a este estudo. Verifica-se que no contexto cabo-verdiano as questões relacionadas à problemática central são influenciadas por normas culturais. Deste modo, a abordagem qualitativa concede uma melhor interpretação dos fatores contextuais existentes, podendo compreender nuances culturais que impactem tomadas de decisões e posicionamentos concernentes à gravidez na adolescência e o sistema educativo cabo-verdiano.

Em primeira instância foi realizada a análise documental, na qual se recorreu a artigos, dissertações, teses, relatórios e notícias já existentes sobre o tema a abordar. Para a análise em questão foi feito recurso de ferramentas como são exemplo o Google, Google Scholar, B-on e SciELO. Quanto aos critérios de seleção das fontes, estas foram selecionadas por relevância temática e para determinados capítulos por foco geográfico em Cabo Verde e contextos idênticos. No decorrer da análise documental foram identificadas lacunas como a escassez de estudos existentes sobre a questão da gravidez na adolescência, o sistema educativo em Cabo Verde e a relação entre os mesmos.

Além da análise documental, a presente dissertação contou com a realização de entrevistas semiestruturadas inicialmente direcionadas a diretores das escolas secundárias da cidade da Praia. As entrevistas foram realizadas por intermédio do método designado por bola de neve. Esta é uma técnica utilizada pelo investigador onde o mesmo faz um contacto inicial com um

informante-chave ou um grupo de pessoas relevantes para a temática em estudo, e posteriormente esse contacto inicial é utilizado para estabelecer contacto com mais pessoas (Bryman, 2016, p.201). Os participantes iniciais referenciam outros potenciais participantes com os quais partilham a mesma experiência ou características de relevância para a investigação (Bryman, 2016, p.424). No presente estudo o primeiro contacto foi estabelecido com um dos membros da subdireção de uma escola secundária na cidade da Praia a partir do qual foi feito o contacto com o diretor da mesma escola, tal como com o Ministério da Educação. A partir deste, foram estabelecidos sucessivos contactos com os diretores e outros membros da comunidade educativa das restantes escolas.

Como afirma Bryman (2016, p.424), um dos desafios impostos por este método é a possibilidade de estabelecer antecipadamente o número de pessoas a serem entrevistadas. Ademais, acrescenta que no curso da investigação, com o método de bola de neve, pode verificar-se a necessidade de entrevistar pessoas ou grupos que anteriormente não tinham sido previstos. O presente estudo tinha por objetivo a realização de entrevistas a diretores de escolas secundárias da cidade da Praia para analisar o estado da gravidez na adolescência nas escolas, a eficácia e aplicabilidade de políticas e programas existentes, compreender o alcance das escolas e a perceção dos responsáveis destas instituições sobre a problemática delineada. Todavia, com o decorrer das entrevistas revelou-se pertinente estender a amostra a restantes membros da comunidade educativa como a delegada do Ministério da Educação da cidade da Praia e membros das subdireções escolares, incluindo subdiretores de assuntos sociais e uma psicóloga.

No que diz respeito à amostra foram entrevistadas doze (12) pessoas: a delegada do Ministério da Educação da cidade da Praia (1); diretores de escolas secundárias (5); subdiretores de assuntos sociais de escolas secundárias (4); uma psicóloga de uma das escolas (1) e um representante, antigo membro da subdireção de uma escola secundária (1).

As entrevistas realizadas foram conduzidas pessoalmente nas escolas, trataram-se de entrevistas semiestruturadas com uma duração variável consoante cada entrevistado. Esta estratégia permitiu a aquisição de informações não abordadas na literatura existente, e o formato aberto das entrevistas permitiu ainda a expressão de opiniões e histórias para as quais não existiria espaço em métodos altamente estruturados. A análise dos dados da entrevista foi realizada na ferramenta Excel na qual todas as respostas obtidas foram organizadas por temas e padrões identificados. No decorrer da análise das entrevistas recorreu-se ao método de triangulação. Segundo Bryman (2016, p.392) este método foi conceptualizado originalmente por Webb (1966) como “como uma abordagem para o desenvolvimento de medidas de

conceitos, onde mais do que um método seria empregue no desenvolvimento de medidas, resultando numa maior confiança nos resultados”. A triangulação prevê assim o cruzamento de dados provenientes de abordagens distintas contribuindo para a validade dos resultados. Como tal, a análise das entrevistas conta com o cruzamento de informação obtida na análise documental.

Conclui-se assim que as abordagens adotadas permitiram uma maior flexibilidade à investigação, tal como um maior entendimento da complexidade e nuances da problemática em questão. O melhor entendimento do contexto e das experiências das partes interessadas permitiu assim também a obtenção de percepções valiosas para análise da questão e o incentivo à formulação e reformulação de políticas e práticas concernentes à gravidez na adolescência e o sistema educativo cabo-verdiano.

CAPÍTULO 4

Gravidez na Adolescência e as Escolas Secundárias da Cidade da Praia

4.1. Caracterização das Escolas Entrevistadas

O presente capítulo prevê a caracterização das escolas entrevistadas e o contexto sociodemográfico em que estas se inserem. O estudo em questão possui dados concernentes a 7 escolas secundárias da cidade da Praia, das quais a Escola Secundária Manuel Lopes; Escola Secundária Pedro Gomes (ESPG); Escola Secundária Polivalente Cesaltina Ramos (ESPCR); Liceu Cónego Jacinto (Várzea); Escola Secundária Constantino Semedo (ESCS); Escola Secundária Abílio Duarte (ESAD) e Escola Centro Educativo de Coração de Jesus (CECJ). Todavia, somente as 6 primeiras escolas participaram diretamente na investigação. Os dados retirados da Escola Centro Educativo de Coração de Jesus foram recolhidos por intermédio de um ex-docente da escola que participou em representação da mesma.

À data de 2019, o sistema educativo cabo-verdiano constatou mudanças legislativas, entre estas deu-se a implementação de um novo modelo de organização e gestão escolar previsto no Decreto-lei n.º 8/2019 e no Decreto-lei n.º 9/2019, de 22 de fevereiro que resultou na criação de agrupamentos escolares. Anteriormente a esta reforma, as escolas básicas e secundárias regiam-se autonomamente, após a reestruturação do sistema, estas passaram a integrar “uma mesma unidade de gestão, de maior dimensão e mais complexa.” (Moreira, 2023).

A Escola Secundária Manuel Lopes pertence ao agrupamento IX do concelho da Praia. É um dos maiores agrupamentos do concelho, sendo constituído por cinco escolas, a Escola Secundária Manuel Lopes, sede do agrupamento; a Escola Básica António Nunes; a Escola Básica Paz e Amor; a Escola Básica do Pensamento e a Escola Básica do Safende. No que concerne a sua localização, a Escola Secundária Manuel Lopes situa-se numa encruzilhada de bairros caracterizados como mais carenciados, com condições mais precárias, de onde a camada jovem vem maioritariamente de famílias com menor poder aquisitivo e com menor escolarização. Os alunos da presente escola são provenientes dos bairros circundantes, dos quais, Ponta de Água, Safende, Achada de São Filipe, Calabaceira, Alto Safende e Baixo, Fundo Calabaceira, São Pedro, Eugénio Lima, Achadinha, Vila Nova e Bairro do Moinho. O agrupamento IX conta com aproximadamente 4500 alunos, dos quais 1700 pertencem à Escola

Secundária Manuel Lopes que funciona do 7º ao 12º ano. O 7º ano conta com a turma “A” à turma “M”, todavia 3 destas turmas funcionam na Escola Básica Paz e Amor por falta de espaço na sede e em necessidade de resposta ao acolhimento dos alunos provenientes do ensino básico. Ademais, na Escola Secundária Manuel Lopes a idade dos alunos varia entre os 12 e 21/22 anos. Quanto aos casos de gravidez, segundo os dados facultados a escola tem anualmente por média entre 15 a 20 alunas grávidas.

A Escola Secundária Pedro Gomes (ESPG) pertence ao agrupamento III que é composto por 2646 alunos, 158 professores e 37 funcionário operacionais. O agrupamento conta com a ESPG, a sede; a Escola Básica Nova Assembleia, Escola Básica Nova Presidência e as Escolas Satélite de Brasil. Circundantes à Escola Secundária Pedro Gomes situada na Achada de Santo António está a Várzea a norte, Gamboa a nordeste, área da Prainha a leste, Quebra Canela a sul, Tira Chapéu a oeste e Terra Branca a norte (INE, 2016). No que concerne aos casos de gravidez na adolescência foram mencionados 2, mas não foi possível precisar o número.

A Escola Secundária Polivalente Cesaltina Ramos (ESPCR) situa-se igualmente na Achada de Santo António. É uma escola maioritariamente de via técnica, sendo a única com oferta de cursos técnicos na área de Santiago do Sul que engloba os concelhos da Praia, São Domingos e Ribeira Grande de Santiago. Assim, a ESPCR recebe alunos de todas as áreas e bairros da cidade da Praia, tal como todas as classes sociais. Atualmente a escola é constituída por 42 turmas, sendo 39 da via técnica onde existe uma oferta de 8 cursos e 3 turmas da via geral na área de ciências e tecnologia. A ESPCR conta atualmente com aproximadamente 857 alunos, dos quais 780 são da via técnica e 77 da via geral. No presente ano letivo têm cerca de 3 alunas gravidez, todavia não foi possível receber dados precisos.

O Liceu Cónego Jacinto onde os alunos estão alocados provisoriamente na Achada de Santo António devido à demolição do antigo edifício localizado na Várzea e obras no novo, conta com aproximadamente 1300 alunos. No que diz respeito ao número atual de alunas grávidas este é de 6.

A Escola Secundária Constantino Semedo (ESCS) faz parte do agrupamento XI que é constituído pela mesma e pela Escola Básica Júlia Costa. O agrupamento conta com aproximadamente 2200 alunos, tendo aproximadamente 1500 na escola secundária. A ESCS recebe alunos da zona norte da cidade da Praia que compreende a zona de São Filipe, bairro de Safende, Vila Nova e Ponta d’Água, também caracterizados por alguma carência e problemas sociais. De acordo ao diretor, no que concerne casos de gravidez estes têm vindo a diminuir, todavia não foi possível receber os dados concretos.

A Escola Secundária Abílio Duarte (ESAD) pertence ao agrupamento I constituído também pela Escola Básica 13 de Janeiro. A nível do agrupamento, conta com cerca de 2600 alunos e 140 professores. A ESAD é constituída por aproximadamente 1500 alunos desde o 7º ao 12º ano. A escola situa-se em Palmarejo sendo esta e a zona de Cidadela a sua principal e a área de influência pedagógica. Ademais, a escola também recebe alunos oriundos de Fonton, Casa Lata, Tira Chapéu e Monte Vermelho, abrigando igualmente alunos que não fazem parte da área de influência da escola. Quanto aos casos de gravidez, existem alunas grávidas no presente ano letivo, no entanto, também não foi possível receber os dados precisos.

A Escola Centro Educativo de Coração de Jesus (CECJ) é pertencente ao agrupamento X composta também pela Escola de São Pedro, Escola de São Martinho e Trindade. A CECJ é uma escola católica localizada no bairro de São Pedro Latada.

4.2 Abandono Escolar por Gravidez na Adolescência na Cidade da Praia

Como constatado por Costa et al. (2021) a prevalência da gravidez na adolescência em Cabo Verde mantém-se como uma das questões problemáticas do país. Como tal e como sendo uma questão decorrente no período na adolescência, a realidade do problema transpõe-se aos estabelecimentos de ensino frequentados pelas adolescentes, na sua maioria as escolas secundárias.

O presente capítulo pretende abordar a questão da gravidez na adolescência nas escolas, o abandono escolar por consequência e analisar o estado da mesma na ótica e segundo as considerações dos membros diretivos do Ministério da Educação e das escolas entrevistadas, nomeadamente os diretores e subdiretores de assuntos sociais, de inclusão e promoção da cidadania.

No que concerne às principais razões que levam as adolescentes grávidas a abandonar o sistema educativo, verifica-se que na opinião de sete entrevistados a discriminação perante estas jovens se apresenta como um dos fatores mais significativos. De acordo aos mesmos, a sociedade cabo-verdiana ainda enfrenta diversos estereótipos e questões de âmbito sexual ainda são alvo de tabu. Nota-se que algumas destas jovens se sentem desconfortáveis com a sua própria situação de gravidez. Enquanto ainda no seio escolar, em alguns casos as alunas são alvo de preconceito, são olhadas de maneira distinta. Constata-se ainda que enfrentam questões como o bullying.

“(...) Muitas vezes as alunas têm vergonha de se exporem no meio dos colegas, para não se sentirem gozadas, estranhas e diferentes e as que vêm costumam tapar a barriga para não aparecer.” (Rosa Sena, psicóloga da Escola Secundária Pedro Gomes)

“(...) algum desconfronto enquanto aluna grávida, poderá não se sentir bem no meio dos colegas, a questão do bullying. (...) são fatores que podem incentivar a desistência.” (Marcos Semedo Costa, Diretor da Escola Secundária Manuel Lopes)

“(...) Pressuponho que talvez haja algum desconforto perante colegas, também em termos pessoais, poderão não se sentir bem.” (Teotónio Mendes, Subdiretor para Assuntos Sociais e Promoção da Cidadania da Escola Secundária Polivalente Cesaltina Ramos)

Fora do seio escolar nota-se a persistência do preconceito e do tabu, acrescentando à questão da vergonha. Cinco dos entrevistados mencionaram a falta de aceitação da situação de gravidez da adolescente no seio familiar.

“(...) Muitas vezes são estereótipos que têm, infelizmente, ainda temos pessoas que vêm as alunas grávidas de maneira diferente. Às vezes são os próprios pais que incentivam o abandono escolar das filhas porque ficam envergonhados.” (Constantina Ferreira Afonso, Delegada do Ministério da Educação da Praia)

“(...) A questão dos pais, alguns fazem pressão para o abandono e incentivam como castigo.” (Jorge Rodrigues, Subdiretor para Assuntos Sociais e Promoção da Cidadania da Escola Secundária Pedro Gomes)

“(..) O suporte familiar...Muitas vezes não recebem o suporte lá em casa. A gravidez na adolescência traz consequências e às vezes a própria aceitação dos pais, não há esse apoio familiar.” (António Afonso, Diretor da Escola Secundária Polivalente Cesaltina Ramos)

“(...) Nós estamos a viver numa sociedade problemática com problemas sociais avultados. Então, primeiramente começam com problemas em casa, não aceitam uma filha menor grávida, então são abandonadas pelos pais.” (Luís Fernandes Barbosa, Diretor da Escola Secundária Constantino Semedo)

Verifica-se que a iniciativa do abandono escolar em certos casos provém dos encarregados de educação. Esta tomada de atitude revela apresentar-se como um método de castigo para as adolescentes ou aquilo que na ótica dos encarregados de educação seria um modo de proteger a família da vergonha que representa a gravidez da adolescente. Além desta questão, impõe-se a pressão imposta pela família sobre as jovens e tal como se verifica no estudo de Semedo (2022, p. 45), o estigma social existente sobre a gravidez na adolescência afeta diretamente as relações familiares.

Outra questão recorrentemente comentada pelos entrevistados passou pela questão socioeconómica em que as alunas grávidas estavam inseridas. Nota-se igualmente que este representa ser outro fator de peso. Alinhando-se com a pressão imposta acima mencionada, a gravidez transporta exigências. Verifica-se que as exigências financeiras desta nova realidade apresentam uma dimensão significativa o que suscita dificuldades no suporte das exigências do estudo, sendo este um maior problema em famílias e áreas da cidade onde se verifica um nível de conforto económico e social baixo, agravando-se mais com um nível de pobreza acentuado.

“(…) Uma aluna grávida acaba por ter muitas exigências, o lado financeiro pesa muito o que revela dificuldades no suporte das exigências do estudo e enquanto mãe.” (Marcos Costa Semedo, Diretor da Escola Secundária Manuel Lopes)

Ademais, as dificuldades acrescem em cenários em que os parceiros não assumem as suas responsabilidades parentais. Sem esse suporte ou o familiar, as alunas vêm-se obrigadas a deixar os estudos em segundo plano e a assumir as responsabilidades que passaram a recair sobre as mesmas.

Também foram mencionadas características da própria gravidez que de acordo aos entrevistados demonstram ser “obstáculos” na permanência destas alunas no sistema educativo. Cada gravidez é distinta, todavia nota-se que alguns sintomas físicos podem incapacitar a aluna de exercer as suas funções do dia a dia. Em alguns casos verifica-se igualmente a dificuldade de adaptação desta nova realidade no seio escolar, no que diz respeito ao aproveitamento escolar e acompanhamento das matérias.

Todos os fatores acima mencionados incentivam o abandono escolar de alunas grávidas. Nos casos em que este efetivamente se dá, são inúmeras as consequências que daí advêm. De acordo aos entrevistados constata-se que uma das principais consequências do abandono escolar é o não retorno ao sistema educativo e consequentemente a perda intelectual e académica que

este abandono representa. Todavia, mesmo quando se dá o retorno a reintegração no sistema educativo pode impor dificuldades.

“(...) Existe uma perda a nível académico, porque em vez de fazerem o 12º ano com 17 ou 18 anos, fazem com 20 ou mais. Também, infelizmente, existem algumas matérias que não ficam bem aprofundadas quando se dá a interrupção para ter o bebé. No regresso era suposto essas alunas terem um reforço dos conteúdos, mas às vezes o tempo é curto, há limitações e os professores não conseguem repor a matéria convenientemente, então as alunas ficam prejudicadas em relação aos seus colegas.” (Constantina Ferreira Afonso, Delegada do Ministério da Educação da Praia)

Dá-se a mudança dos planos outrora traçados para a educação das jovens e nos casos em que o abandono escolar é a realidade vigente os entrevistados sublinharam outras questões como a prosperidade das jovens. Este é um problema transversal a toda a sociedade. Nota-se que na ausência de estudos a possibilidade de prosperar é reduzida, acrescentando questões como a pobreza e marginalidade. A falta de escolaridade dificulta o trabalho no mercado formal, verifica-se o subdesemprego e por consequência as perspetivas de um trabalho bem remunerado são reduzidas.

“(...) Uma das principais consequências verifica-se se a adolescente estiver numa situação socioeconómica precária, a consequência é ela perpetuar esse ciclo de pobreza, de não ter estudado, ter de cuidar do filho e muitas vezes o risco de voltar a engravidar passado pouco tempo também é grande.” (Rosa Sena, Psicóloga da Escola Secundária Pedro Gomes)

Ademais, é de salientar a menção dos entrevistados sobre a frequência com que se vê mães adolescentes, voltarem a ser mães num curto espaço de tempo. Todos estes fatores agravam-se em contextos socioeconómicos desfavoráveis. De acordo a Pereira (2019, p.7), existem múltiplas variáveis que favorecem a incidência de gravidez na adolescência como é exemplo a baixa renda familiar, a vulnerabilidade social e a falta de oportunidades. Neste contexto, verifica-se ainda a relação direta de causa e efeito existente entre baixa escolaridade e pobreza, sendo estas vulnerabilidades que impõem limites ao progresso das jovens adolescentes e perpetuam o ciclo de pobreza.

Quanto à prevalência desta problemática, à escala da cidade da Praia, a delegada do Ministério da Educação da cidade afirma que de acordo aos dados anualmente solicitados pelo serviço de estudos e planeamento do Ministério da Educação, a tendência sobre os casos de gravidez e de consequente abandono escolar é de diminuição. Além disso, na sua consideração, acrescenta que as meninas parecem estar mais conscientes e como tal têm-se vindo a proteger melhor. Refere também o trabalho contínuo que tem vindo a ser realizado pelas escolas através dos seus gabinetes de orientação vocacional e profissional no que concerne a sensibilização dos alunos.

No que diz respeito aos membros da direção das escolas entrevistadas e a sua perceção sobre a problemática do abandono e de que forma é que esta se dá nos seus estabelecimentos, à exceção de uma escola não foi possível obter em precisão o número de casos de abandono.

Duas escolas sublinharam a tendência de diminuição referida pela delegada do Ministério da Educação da cidade da Praia. Cinco afirmaram que apesar de ainda existirem casos de abandono escolar, na norma atualmente predominante as jovens tiram a licença de maternidade prevista no Decreto-Lei n.º 47/2017 de 26 de outubro e acabam por regressar. Não obstante ao verificado, três escolas destacam a existência de casos de abandono escolar, numa primeira fase justificadas por outros motivos, que posteriormente se revelaram ser realmente por gravidez. De acordo aos docentes é uma realidade as meninas optarem por não comunicar com a escola, não havendo assim oportunidade para os gabinetes respetivos colaborarem e trabalharem nesta problemática com as alunas.

4.3 Familiaridade das Escolas Secundárias da Cidade da Praia com o Decreto-Lei nº47/2017 de 26 de outubro

Com o objetivo de assegurar a educação para todos e a igualdade, importa analisar o Decreto-Lei n.º 47/2017 de 26 de outubro e as suas disposições na prática. Em primeira instância nota-se que o conhecimento geral sobre o documento nas escolas é superficial. Contudo, todos os docentes afirmaram que é feita a cedência de certos direitos previstos no decreto às alunas grávidas, como é o caso da justificação de faltas, adaptação de avaliações e licença de maternidade. Quatro docentes de duas escolas distintas afirmaram que a cedência dos direitos mencionados para alunas grávidas é feita em concertação com toda a comunidade escolar e pelas boas práticas já existentes na escola, não se guiando essencialmente pelo que está disposto no decreto.

"(...) Às vezes nem vamos pelo decreto, são coisas pontuais e boas práticas da escola não sendo necessário recorrer literalmente ao decreto. Toda a informação e garantias de iguais oportunidades estão garantidas então às vezes nem é preciso ver o que está na lei. As boas práticas estão de acordo, têm direito ao estudo, direito à assistência, justificação de faltas e nós levamos isso. Temos casos onde são concedidas folgas para amamentação. Temos boas práticas que aconselhamos." (António Afonso, Diretor da Escola Secundária Polivalente Cesaltina Ramos)

No que diz respeito à divulgação do decreto e como este chega às alunas em situação de gravidez, uma escola afirmou fazer a divulgação através de encontros entre os diretores de turma e os alunos. Este espaço de diálogo não se restringe à divulgação do Decreto-Lei nº47/2017 de 26 de outubro, mas sim para abordar todos os decretos que regulam o circuito escolar como o regulamento interno, o estatuto dos alunos, questões curriculares e avaliações finais. Dá-se a divulgação junto dos alunos, não no sentido de incentivar a gravidez (no caso do Decreto-Lei nº47/2017 de 26 de outubro), mas sim para dar a conhecer e permitir que os alunos estejam devidamente informados da lei para se puderem precaver sem se sujeitarem a riscos. Do mesmo modo, esta divulgação é feita a nível dos docentes como os diretores de turma e professores, sendo esta responsabilidade da subdireção de inclusão social e da subdireção pedagógica. O objetivo é garantir a preparação da comunidade educativa a fim de estarem informados e capacitados para lidar com casos de gravidez, podendo dar todos os esclarecimentos necessários a todos os intervenientes.

Quatro escolas afirmam que as informações concernentes ao decreto chegam às alunas através do diálogo com o diretor de turma, este é o ponto focal em relação aos demais professores e por norma o professor ao qual os alunos depositam mais confiança. Assim, o diretor de turma procede inicialmente como ponte entre as alunas e a subdireção de assuntos sociais. Na ausência da comunicação da aluna para com o diretor de turma, o gabinete da subdireção de assuntos sociais trabalha ativamente na identificação das alunas grávidas.

Tanto os diretores das quatro escolas acima mencionadas como os diretores da subdireção de assuntos sociais destacaram o facto de não fazerem propaganda ao Decreto-Lei nº47/2017 de 26 de outubro, sendo que a divulgação em profundidade do documento só se dá quando são confrontados com os casos de gravidez, sendo em três destas escolas designados por “casos pontuais”.

Todavia, contrariamente à tendência de cooperação com as alunas grávidas como sugere o decreto, o informante em representação da Escola Centro Educativo de Coração de Jesus

(CECJ) afirmou que a realidade regente é distinta às restantes escolas entrevistadas. Na escola em questão as alunas em situação de gravidez são incentivadas a anular a matrícula, se as alunas por si optarem em se manter na escola podem fazê-lo, mas o aconselhamento inicial é que não o façam.

"(...) Ela (diretora) diz que aconselha a ficarem em casa, mas não proíbe. O que estou a dizer é aquilo que constatei (...) são aconselhadas a não o fazer (permanecer na escola), mas se quiserem podem continuar por lei." (Hélder Varela, ex-membro da subdireção da Escola Centro Educativo do Coração de Jesus)

No que diz respeito à implementação das medidas previstas no Decreto-Lei nº47/2017 de 26 de outubro, as escolas depararam-se com alguns desafios. Segundo a delegada o Ministério da Educação uma das maiores dificuldades prende-se com questão logística e os fracos recursos existentes. Esta problemática é exemplificada pelas orientações que algumas escolas recebem por intermédio de instituições parceiras que apoiam alunas grávidas e incentivam a criação de espaços e cedência de materiais adequados para as mesmas. De acordo à delegada, estas exigências tornam-se difíceis de realizar pela inexistência de recursos. Ademais, realça outro grande desafio que se prende com a perceção do decreto de lei, afirmando que algumas pessoas interpretam o mesmo como um incentivo e legitimação da gravidez na adolescência e que além disso, a criação de condições para estas alunas se revela um luxo. Três escolas corroboram este último fator, além disso, apontam a resistência inicial dos professores na interiorização do decreto e sensibilidade para com a questão.

"(...) O maior desafio é a sensibilidade dos professores. Porque isso depende muito da sensibilidade de professor para professor, há professores que são mais sensíveis e há professores que acham que se estão a criar manias com as meninas e que têm direitos a mais. (...) Porque às vezes agendamos avaliações de uma disciplina, acontece que a aluna não se conseguiu preparar, vem e diz ao professor que não se conseguiu preparar então já se começa a criar um clima." (Arlinda Andrade Almeida, Subdiretora sob assuntos de inclusão da Escola Secundária Manuel Lopes)

Verifica-se que a resistência inicial apresentada pelos professores se prende por fatores como as convicções pessoais que estes têm sobre a questão da gravidez na adolescência e pelos constrangimentos que esta causa nas avaliações. Arlinda Andrade Almeida, subdiretora sob assuntos de inclusão da Escola Secundária Manuel Lopes mencionou também a convicção de

determinadas alunas grávidas em que, por existirem direitos previstos, podem faltar consecutivamente durante o trimestre e serem avaliadas à sua conveniência. A subdiretora sublinha que esta não é a abordagem mais correta, além disso, por muito que as escolas sejam flexíveis, o próprio sistema educativo não dá muita mais liberdade. Todos os alunos têm a possibilidade de serem avaliados com no mínimo dois trimestres, contudo, estes têm de ser consecutivos. A perceção das alunas de que podem faltar como melhor lhes convém sem consideração das limitações existentes pode causar constrangimentos para as mesmas e para as escolas. Não tendo as avaliações necessárias, o ano letivo fica comprometida resultando na reprovação ou anulação da matrícula. Uma das escolas reafirmou a questão de algumas alunas ocultarem a sua situação de gravidez, tornando-se esta também um desafio.

"(...) Não diria desafios porque as alunas não solicitam. Mesmo que pudéssemos passar por uma situação de desafio ou constrangimento essas alunas auto assumem as suas responsabilidades sem partilhar com a escola, professores as dificuldades que têm. Pontualmente a aluna pode imitar sinais da sua necessidade e é abordada pelos professores, mas com alguma timidez não partilham." (Manuel da Luz Tavares, Diretor da Escola Secundária Pedro Gomes)

Outro aspeto mencionado passa pela falta de preparação de elementos da comunidade educativa, como professores, em lidar com as alunas grávidas em casos de emergência. Luís Fernandes Barbosa, diretor da Escola Secundária Constantino Semedo, afirma que este é um grande desafio, pois, há casos em que alunas revelam estar indispostas ou em necessidade de assistência médica e os professores nem sempre sabem como proceder.

"(...) É um grande desafio, muitos não sabem o que fazer perante algumas situações, por vezes as professoras mulheres têm mais experiência e conseguem lidar melhor, mas há professores que ficam sem saber o que fazer." (Luís Fernandes Barbosa, Diretor da Escola Secundária Constantino Semedo)

No que concerne a eficácia das medidas previstas no Decreto-Lei n.º 47/2017 de 26 de outubro e a sua implementação, de um modo geral de acordo aos entrevistados, esta revelou-se eficaz. Segundo os mesmos, o decreto permite a garantia do direito à educação das alunas grávidas, mesmo que membros da comunidade educativa discordem da abordagem e dos direitos consagrados, como tal, as alunas estão protegidas. Ademais, os entrevistados refletiram

e manifestaram a percepção óbvia de mudança em contraste aos anos em que as alunas eram proibidas de frequentar as escolas. Verifica-se que na atualidade, o decreto unifica a tomada de decisão, não obstante os diferentes posicionamentos pessoais de diretores ou administradores. Contudo, foi manifestada a necessidade de uma maior divulgação do decreto que até então tem limitado a eficácia do mesmo. Ademais, apesar de sublinhar a oportunidade que é dada pelo decreto para a melhoria do aproveitamento escolar, um dos entrevistados considera que o lado negativo da criação do documento prende-se com o facto de as alunas só se interessarem pelos direitos, não tendo preocupações maiores em prevenir a gravidez.

4.4 Papel das Escolas Secundárias da Cidade da Praia no Combate ao Abandono Escolar por Gravidez

Sendo a escola parte integrante do desenvolvimento de um jovem, esta está encarregue de criar mecanismos que o mesmo possa adotar para a vida. São exemplo destes a integração e socialização. Neste contexto, o presente capítulo pretende igualmente compreender o papel a desempenhar pelas escolas quando confrontadas com casos de gravidez na adolescência. Deste modo, os entrevistados foram questionados sobre o que consideram o papel a exercer pelos seus próprios estabelecimentos de ensino.

Segundo a delegada do Ministério da Educação, o papel principal a ser desempenhado pelas escolas é o de proteção das alunas e de cumprimento do que está previsto na legislação. Os restantes entrevistados sublinharam igualmente a essencialidade do cumprimento da legislação. Neste seguimento, foi também mencionada a necessidade de as escolas trabalharem em concertação e colaboração com as famílias das alunas grávidas adotando um papel esclarecedor dotado de apoio em que em colaboração possam ser analisadas opções e alternativas para lidar da melhor forma com a questão. Sete dos entrevistados reforçaram a importância do apoio e como as escolas devem estar capacitadas de dar o mesmo às alunas. Este apoio expressa-se em diferentes dimensões, desde o psicológico, pedagógico ao material.

“(...) A escola deve essencialmente acolher a aluna, a gravidez vem numa fase de crescimento e confusão de identidade onde existem atividades que outrora fazia com os seus pares que não vão conseguir dar continuidade. Neste contexto, trabalha-se em concertação com a família para perceber as opções. A escola acolhe, prevê que a aluna seja respeitada pela comunidade educativa. Também trabalha em apoiar no necessário,

apoio psicológico, pedagógico ou de outro fim.” (Rosa Sena, Psicóloga da Escola Secundária Pedro Gomes)

Outro papel mencionado a ser desempenhado pelas escolas é o de desmistificação da percepção de que a gravidez impossibilita a educação, assim como a necessidade de combater o estigma de que o aproveitamento escolar não é possível e que a presença de alunas grávidas influencia negativamente restantes colegas, incentivando assim o abandono escolar.

Ainda sobre o abandono escolar, os intervenientes entrevistados foram questionados sobre a existência de estratégias que façam face a esta questão. Além do previsto no Decreto-Lei n.º 47/2017 de 26 de outubro, verifica-se o trabalho ativo na identificação de alunas grávidas por parte dos gabinetes competentes como outra estratégia. Ademais, nota-se que nenhuma das escolas entrevistadas tem uma estrutura de prevenção ou conjunto de estratégias específicas a acrescentar além das acima mencionadas. Consta-se que, à semelhança da aplicabilidade das medidas do decreto de lei, após a identificação das alunas grávidas, cada escola procede como melhor importa às partes intervenientes, adaptando-se às características de cada caso.

Quanto aos recursos existentes todas as escolas entrevistadas estão capacitadas com um gabinete coordenado pela subdireção de inclusão de assunto sociais e promoção da cidadania no qual são recebidas as alunas após a identificação da sua situação de gravidez. O gabinete oferece atendimento psicológico, social, orientação pessoal, vocacional, escolar e profissional. A composição do gabinete varia consoante as escolas, quatro das escolas entrevistadas afirmam contar com dois psicólogos, dessas quatro uma realça a existência de um psicólogo de aprendizagem e um psicólogo clínico. Além disso, ainda entre estas, uma escola fez menção à existência de dois sociólogos e outra afirmou contar com o apoio de uma assistente social.

Constata-se que os recursos disponibilizados são maioritariamente humanos, de acordo à Subdiretora sob assuntos de inclusão, Arlinda Andrade Almeida, na sua escola faz-se o melhor uso dos recursos humanos existentes, pois no que concerne a existência, gestão e disponibilização de recursos financeiros esta é complexa. Em resposta a esta lacuna e como meio de disponibilização de outros recursos afirma que é passada às alunas informações sobre serviços existentes e como recorrer aos mesmos. Uma das escolas entrevistadas afirmou ter a possibilidade de ir além do atendimento prestando o apoio necessário como o acompanhamento de consultas das alunas grávidas e o apoio material. Além disso, outras duas escolas mencionaram a realização de recolha de produtos e disponibilização de cestas básicas.

Para mais, nota-se que o que não é possível ser entregue pelas escolas é feito por intermédio de parcerias. O principal parceiro com presença ativa em todas as escolas entrevistadas é a

VERDEFAM – Associação Cabo-verdiana para a Proteção da Família. Outros parceiros frequentes presentes em cinco das escolas entrevistadas são os centros de saúde próximos, nomeadamente o Centro de Saúde da Achada de Santo António, o Centro de Saúde de Tira Chapéu e o Centro de Saúde de Ponta d'Água. O Centro de Saúde da Achada de Santo António conta com um departamento de Saúde do Adolescente dedicado ao atendimento dos mesmos, este foi criado com a intenção de disponibilizar um atendimento diferenciado e personalizado. Verifica-se que muitas jovens não procuram acompanhamento médico por questões como a vergonha de estarem no seio das demais mulheres adultas e receio do estigma existente no atendimento. Tal como reitera Ferreira (2015, p.40), é frequente a negligência no uso de serviços médicos por parte de jovens adolescentes tanto pelo receio de preconceito alinhado com o atendimento dos profissionais de saúde, como por receio da reação de familiares quando recorrem a serviços de planeamento familiar (prevenção). Deste modo, foi criado este serviço que se destina a todos os alunos, não sendo exclusivo a alunas grávidas. À semelhança da VERDEFAM, algumas escolas também contam com a parceria de outras instituições como o ICIEG e o ICCA – Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente. A Câmara Municipal da Praia também trabalha em colaboração com algumas escolas. Ademais, há escolas que contam outras organizações não governamentais (ONGs), associações e universidades como é o caso da Fundação Donana; o CCSSIDA - Comité de Coordenação e Combate à SIDA; a Uni-CV – Universidade de Cabo Verde; a Comunidade Terapêutica Granja de São Filipe e o CERMI – Centro de Energias Renováveis e Manutenção Industrial. Além das mencionadas, uma das escolas referiu a existência de parceiros religiosos como a igreja nazarena, adventista e católica.

Todas estas parcerias trabalham em articulação com os gabinetes escolares de modo a dar resposta à problemática da gravidez na adolescência nas suas diferentes e respetivas dimensões. De notar que estas parcerias não visam somente a resposta e suporte a esta matéria, estes são também parceiros ativos noutras temáticas como são exemplo os trabalhos de prevenção, tanto da gravidez como de doenças sexualmente transmissíveis (DST).

Todas as escolas entrevistadas afirmam investir em dinâmicas que abordem a prevenção. Este trabalho é realizado através dos gabinetes escolares incluindo o de orientação vocacional e profissional. A abordagem mais adotada e mencionada por todas as escolas são as palestras que abrangem tanto a dimensão preventiva como a de apoio. Verifica-se que as palestras abordam a questão da saúde sexual reprodutiva no seu todo, género, métodos contraceptivos, gravidez, doenças sexualmente transmissíveis, violência no namoro. Ademais, também são realizadas conferências, workshops e distribuição de panfletos, estes são dirigidos a todos os alunos e pretendem esclarecer os mesmos sobre as questões com que estes se podem vir a

deparar no decorrer da sua adolescência. Assim, as sessões realizadas têm uma dimensão esclarecedora e sensibilizadora, são complementadas por jogos, vídeos e bonecos de demonstração. No que concerne à questão da gravidez na adolescência uma das escolas mencionou a integração de alunas grávidas nestas atividades de modo a estas puderem dar o seu testemunho.

As escolas sublinham que estas dinâmicas são parte do plano de atividades traçado para o ano letivo. Apesar de serem dedicadas a todos os alunos, uma das escolas mencionou que o plano de atividades e as questões nestas abordadas diferem consoante o nível de ensino. Segundo a subdiretora sob assuntos de inclusão da Escola Secundária Manuel Lopes, os programas dedicados aos alunos de 7º e 8º ano preveem a abordagem de questões como higiene íntima, menstruação e transformações com o corpo, quanto aos níveis acima estes já abordam as DST, métodos contraceptivos, prevenção da gravidez... No caso da escola mencionada, estas são atividades que têm lugar nas aulas de direção de turma. De acordo aos entrevistados da Escola Secundária Pedro Gomes, estas questões são transversalmente abordadas na disciplina de Projeto Vocacional de Vida (PVV). Do mesmo modo, Luís Barbosa Fernandes, diretor da Escola Secundária Constantino Semedo afirma que são questões abordadas transversalmente pelos professores dada a ausência de uma disciplina de educação sexual.

Constata-se que a realização do plano de atividades é feita em concertação com as parecerias anteriormente mencionadas. Três das escolas entrevistadas voltaram a destacar a intervenção da VERDEFAM, a organização traz técnicos às escolas com o objetivo de falar sobre os temas de interesse mencionados com os alunos. Além dos técnicos, dispõem igualmente de uma clínica móvel. Constata-se do mesmo modo que os centros de saúde também têm uma intervenção ativa nos planos de atividades escolares. Além do espaço disponibilizado para os alunos por intermédio do departamento de saúde do adolescente, os psicólogos dos centros de saúde também se deslocam às escolas e com eles trazem tópicos de palestra e debate. Além destes dois atores, nota-se que a Uni-Cv também trabalha em colaboração com as escolas secundárias na realização de palestras e atividades de demonstração, tal como o CCSSIDA.

Questionados sobre a questão da prevenção, alguns dos entrevistados manifestaram preocupações no que concerne a perceção dos adolescentes perante toda esta temática. Segundo a delegada do Ministério da Educação, entende-se que atualmente as jovens estão mais alertas sobre questões sexuais e procuram proteger-se melhor. Arlinda Andrade Almeida, subdiretora sob assuntos de inclusão da Escola Secundária Manuel Lopes, sublinha que as jovens têm informações sobre esta questão, todavia, considera que estas informações não se têm vindo a traduzir em conhecimento. Ainda neste sentido, duas outras entrevistadas evidenciaram a sua

preocupação no que diz respeito à iniciação da vida sexual dos jovens adolescentes. Segundo o entendimento das mesmas, verificam que esta se tem iniciado cada vez mais cedo.

“(...) A subdireção juntamente com o gabinete trabalha no sentido de clarificar a mente dos jovens adolescentes, que neste momento cada vez mais nos coloca desafios, no que diz respeito a esse requisito e não só. Esta geração está a iniciar uma vida sexual precoce.”
(Informante)

Este comportamento constatado pelos entrevistados coaduna-se com a tese defendida por Honig (2012, p.183), relacionada à incapacidade de muitos adolescentes conseguirem reger-se por um raciocínio formal perante as suas vidas, interações sociais e impulsos sexuais. Não obstante o facto de estarem numa fase onde se prevê que estejam capacitados de pensar e analisar os múltiplos resultados de um determinado curso de ação que lhes deveria permitir traçar escolhas mais sábias.

4.5 Desafios no Combate ao Abandono Escolar por Gravidez na Adolescência

Derivada a complexidade inerente à gravidez na adolescência no seio escolar, importa compreender que desafios se apresentam às escolas e à comunidade educativa no que concerne o combate ao abandono escolar de alunas grávidas e como estes fazem face aos desafios impostos. De acordo à delegada do Ministério da Educação, as escolas enfrentam de facto diversos desafios no combate ao abandono escolar. Destes, destaca a questão das avaliações e posicionamento dos professores, afirma que há um trabalho contínuo de sensibilização dos mesmos para garantir que as alunas grávidas e mães sejam protegidas, tratadas e avaliadas da mesma forma em relação aos demais. Contudo, os desafios impõem-se pela resistência de alguns professores que defendem valores distintos e consequentemente diferenciam negativamente o tratamento para com as alunas grávidas, prejudicando-as sem cumprir o previsto na legislação.

“(...) Na questão da avaliação temos lutado muito com os professores para protegerem essas alunas, sendo avaliadas de igual forma em comparação aos outros alunos quando regressarem, mas sabe que às vezes nem todos pensam da mesma forma, há aqueles professores que, por exemplo, vêem as alunas quando engravidam como algo repudiável,

enfim, então nem sempre todo mundo cumpre como deveria ser, e as alunas acabam por ficar prejudicadas." (Constantina Ferreira Afonso, Delegada do Ministério da Educação da cidade da Praia)

Além deste fator, Constantina Ferreira Afonso afirma que o Ministério apoia as escolas com o Orçamento de Estado Anual, além disso sublinha que as escolas também são bastante autónomas na sua atuação e estratégias que façam face aos desafios existentes. Neste contexto, acrescenta a mais-valia das parcerias existentes com as escolas que se têm vindo a verificar bastante eficazes ao nível da assistência de jovens grávidas e mães.

Segundo Marcos Semedo Costa, diretor da Escola Secundária Manuel Lopes, a questão do combate ao abandono escolar e os desafios existentes são muito mais complexos do que inicialmente se possa ter perceção. Afirma que as dificuldades nesta matéria começam com o contexto socioeconómica e familiar em que as alunas se inserem, pois, verifica que por muito que a escola faça tudo o que está ao seu alcance para garantir a permanência das alunas no sistema educativo, o que determina se estas de facto conseguem continuar a sua educação são as condições que têm reunidas em casa e a sua realidade familiar. Marcos Semedo Costa sublinha assim que *“se as condições não estiverem criadas no seio familiar, não conseguimos fazer com que as alunas permaneçam”*. Apesar de fora do seu alcance, o diretor afirma que para fazer face a esta questão a escola incentiva o diálogo com os encarregados de educação e demonstra-lhes o seu apoio e disponibilidade na matéria.

A subdiretora sob assuntos de inclusão da Escola Secundária Manuel Lopes, declarou que sendo esta uma escola pública já enfrenta desafios no geral. Pois, a gestão de recursos feita através do que é concedido pelo orçamento de Estado, que segundo a subdiretora não permite muita flexibilidade, dificulta a potencial criação de programas, políticas e projetos destinados a alunas grávidas. Assim, afirma que um dos maiores problemas concerne o financiamento de projetos que ajudem, sobretudo alunas oriundas de famílias mais carenciadas. Para colmatar esta questão, sublinha que quando há possibilidade é feito o reforço da alimentação escolar das alunas de modo a garantir que estas tenham pelo menos uma refeição completa diariamente. Contudo, a presente estratégia não se traduz em nenhuma solução, pois, as alunas frequentam a escola somente num período específico.

De acordo a Luís Fernandes Barbosa, diretor da Escola Secundária Constantino Semedo e Maria da Graça Silva, subdiretora para assuntos sociais do Liceu Cónego Jacinto, as condições logísticas e os recursos representam um dos maiores desafios. Maria da Graça Silva acrescenta o incumprimento por parte de alguns parceiros nos compromissos estabelecidos. Além disso,

Luís Fernandes Barbosa reitera a existência de outro desafio de igual dimensão que se prende com a própria sociedade. Alinhado à pressão que as alunas grávidas recebem, anteriormente referida, o diretor sublinha o persistente tabu na comunidade e a vergonha que representa para certos encarregados de educação a existência de uma filha grávida na sua adolescência.

Outros aspetos constatados como desafios pelos demais entrevistados passam pela falta de infraestruturas físicas que apoiem mães estudantes no regresso ao sistema escolar, como creches em que estas possam deixar os seus filhos. Verifica-se que estas nem sempre são acessíveis às mães alunas e sem sítio para deixar os seus filhos, vêm-se obrigadas a ficar em casa, impossibilitadas de retomarem os estudos.

Foi igualmente sublinhada a questão da flexibilidade e aceitação dos professores reiterada pela delegada do Ministério da Educação. A resistência de alguns causa constrangimentos na harmonia do seio escolar e prosperidade das alunas em situação de gravidez. Contudo, foi mencionado equitativamente o trabalho realizado pelos gabinetes escolares para assegurar a sensibilização da comunidade escolar contribuindo para a superação dos desafios existentes.

Contrariamente à narrativa até então apresentada, uma das escolas entrevistadas declarou não enfrentar desafios nesta matéria. Segundo Jorge Rodrigues, subdiretor para Assuntos Sociais e Promoção da Cidadania da Escola Secundária Pedro Gomes, a permanência das alunas acontece de forma natural não havendo percalços de maior dimensão naquilo que está sob o alcance de atuação da escola.

“(...) Elas engravidam, estão cá, ninguém mexe com elas, quando damos conta fornecemos o apoio necessário psicologicamente, apoio do gabinete, os professores estão naturalmente sensibilizados para apoiar, não é preciso obrigar ou orientar nenhum professor na questão da marcação de faltas ou agendamento de avaliações, os professores fazem isso naturalmente. Portanto tem tudo acontecido de forma natural. Não há uma logística específica para essa situação. ” (Jorge Rodrigues, Subdiretor para Assuntos Sociais e Promoção da Cidadania da Escola Secundária Pedro Gomes)

4.6 Perspetivas Futuras

Nota-se que a gravidez na adolescência e o consequente abandono escolar que possa desta advir são uma preocupação para a comunidade educativa cabo-verdiana. Do mesmo modo, constata-se que, apesar da melhoria continua nesta matéria, existem diversas falhas na garantia da educação das alunas em situação de gravidez. De acordo aos entrevistados, uma das questões

essenciais a ser melhorada ultrapassa a questão da gravidez. Consideram necessário que a própria estrutura do Estado trabalhe mais nas famílias, invista mais no apoio social e consequente na prevenção da gravidez na adolescência. Como anteriormente mencionado, muitas motivações ao abandono escolar ultrapassam as escolas e dão-se pelo contexto socioeconómico e situação familiar em que as alunas estão inseridas. Os entrevistados sublinham a urgência no empoderamento das famílias, sobretudo as que se encontram em situação vulnerável. Segundo os mesmos, este trabalho e a identificação de alunos em necessidade pode ter lugar a partir das escolas, mas em articulação com o Estado, Câmaras Municipais e associações comunitárias.

“(...) Aqui falta muito, temos famílias muito vulneráveis, há muita vulnerabilidade, a ausência da figura paterna, existem muitas famílias monoparentais (...) A própria estrutura do Estado deveria trabalhar nas famílias, também na escola claro, mas sobretudo reforçar o papel da família.” (António Afonso, Diretor da Escola Secundária Polivalente Cesaltina Ramos)

Neste sentido, o Diretor da Escola Secundária Constantino Semedo, sublinha a urgência de um maior investimento e empoderamento das famílias e acrescenta a necessidade de trabalhar em conjunto com estas na desconstrução de preconceitos e abordagem de tabus existentes.

“(...) Deve ser feito um trabalho em casa, junto com os pais, encarregados de educação, menos tabu, serem muito mais claros com as filhas, demonstrar que uma gravidez nessa altura não é muito positiva e que têm tanto tempo para gozar que deveriam pensar de outra forma. Apesar de haver o decreto, este não resolve o problema, serve para a situação que já está.” (Luís Fernandes Barbosa, Diretor da Escola Secundária Constantino Semedo)

De acordo à subdiretora sob assuntos de inclusão da Escola Secundária Manuel Lopes outra necessidade urgente passa pela criação e acessibilidade a infraestruturas como creches que permitam com que as alunas mães possam deixar os seus filhos e regressar aos estudos. O apoio à frequência de creches e pré-escolar está previsto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 47/2017 de 26 de outubro. Segundo o mesmo, é atribuído a mães e pais estudantes o apoio para que filhos até aos cinco anos de idade frequentem estabelecimentos de educação pré-escolar pública. A frequência destas crianças a creches e jardins de infância dá-se assim por intermédio da cooperação entre o Estado e estas instituições. Contudo, de acordo a mais do que um

entrevistado, o acesso a estas estruturas prevalece um grande problema, muitas alunas continuam sem conseguir deixar os filhos em instituições pré-escolares, representando um obstáculo na educação de mães alunas.

Ademais, é defendida a essencialidade da discriminação positiva em relação a estas alunas, tal como a criação de iniciativas mais integrativas que ajudem neste sentido. Segundo a delegada do Ministério da Educação, é necessário criar e otimizar iniciativas como o apoio a bolsas de estudo. Neste sentido, Hélder Varela, ex-membro da subdireção da Escola Centro Educativo do Coração de Jesus, afirma a pertinência no apoio durante o período de licença de maternidade destas alunas a fim de garantir o acompanhamento das matérias e aproveitamento escolar através da criação de mecanismos como aulas on-line. Hélder Varela afirma que o incentivo destas medidas prevê um melhor acompanhamento e faz face à discrepância que surge entre estas alunas que acabam por ficar para trás e os demais colegas. Teotónio Mendes, Subdiretor para Assuntos Sociais e Promoção da Cidadania, faz também menção a esta questão e salienta a necessidade de suplemento compensatório em termos educativos e de aprendizagem.

No que concerne a recursos, os entrevistados enfatizam a necessidade de mobilizar os mesmos, desde materiais, financiamento e recursos humanos que garantem o acompanhamento destas alunas. Maria da Graça Silva, Subdiretora para Assuntos Sociais do Liceu Cónego Jacinto, considera que as escolas deviam ter um fundo próprio para esta questão, permitindo a implementação de medidas na prática, além da legislação. No que diz respeito à legislação existente, diversos entrevistados manifestaram a importância de uma maior divulgação do Decreto-Lei n.º 47/2017 de 26 de outubro, mesmo dentro das subdireções escolares. Ademais, foi igualmente mencionada a necessidade trabalhar na sensibilização da comunidade educativa com destaque para os professores. Para que sem preconceitos estes possam assumir a responsabilidade de acompanhar as alunas e dar atenção individualizada se necessário, seja no reforço de matérias ou no conhecimento dos seus direitos. A escola é o ambiente social de convivência da aluna grávida, assim, como reitera Miura et al. (2023, p.2), há indivíduos que precisam deste espaço para além da aprendizagem, pois, neste encontram o que o lar não lhes consegue providenciar.

Além do mencionado, verifica-se pertinente a abordagem da dimensão psicológica e de saúde mental. Neste sentido, os entrevistados enfatizam a importância do reforço no acompanhamento psicológico destas alunas. Segundo Manuel da Luz Tavares, diretor da Escola Secundária Pedro Gomes, dever-se-ia investir na instalação de unidades de saúde nas escolas para atender situações necessárias, além da gravidez na adolescência. Tal iniciativa permite um

atendimento mais personalizado fazendo face à questão da vergonha que impede alguns jovens de procurarem assistência médica.

CAPÍTULO 5

Conclusões

O objetivo do presente estudo teve por base a análise da relação existente entre a gravidez na adolescência e o abandono escolar em Cabo Verde. Ademais a esta, o entendimento dos esforços existentes para a abordagem da questão e para o apoio à educação contínua e de qualidade de adolescentes grávidas.

Estudos previamente realizados constataam que a ocorrência de uma gravidez na adolescência contribui e eleva a probabilidade de abandono escolar. A gravidez nas idades compreendidas da adolescência é maioritariamente indesejada, assim, a sua descoberta revela-se desafiante. Neste contexto, a situação de gravidez coloca inevitavelmente limites a projetos de vida outrora traçados, verifica-se a alteração das condições de estudo e obstáculos no alcance à educação. Os obstáculos existentes variam consoante o contexto em que as adolescentes se inserem, constatando-se assim que os limites à educação se agravam em situações socioeconomicamente desfavorecidas. As jovens neste quadro enfrentam questões como estigmatização, pressão psicológica, económica, falta de apoio familiar ou institucional. Sendo assim mais provável a possibilidade de abandono escolar, diminuindo a expectativa de prosperidade, incentivando a perpetuação de um ciclo de pobreza e exclusão social.

Apesar dos fatores constatados, os estudos existentes são escassos na análise desta questão dentro do ambiente escolar, principalmente no que concerne à análise de medidas de medidas de apoio à permanência de alunas grávidas no sistema educativo e a eficácia das mesmas consoante diferentes realidades existentes. O presente estudo procurou aprofundar essa vertente por intermédio de uma abordagem qualitativa composta por análise documental e realização de entrevistas semiestruturadas a membros diretivos de escolas secundárias da cidade da Praia a fim de colmatar as lacunas existentes verificadas na matéria.

Quanto aos objetivos definidos para a presente investigação, no que diz respeito à análise do estado atual da gravidez na adolescência em Cabo Verde, verifica-se que, apesar da crescente atenção prestada pelo Governo para a saúde sexual reprodutiva, o país ainda enfrenta desafios nesta questão. Entre estes identifica-se o início precoce da vida sexual da população e elevadas taxas de gravidez não planeadas. Nota-se que entre os adolescentes cabo-verdianos o sexo e

sexualidade é normalmente abordado, todavia, tal não se verifica em contextos familiares, sendo que algumas famílias encaram estas questões com preconceito e tabu. Constatase também que a situação e dinâmica familiar dos adolescentes influencia o comportamento sexual dos mesmos. No ano de 2016 os serviços de saúde reprodutiva receberam 10.440 grávidas, das quais 2.132 eram adolescentes. O mesmo ano registou cerca de 67,8 nados-vivos por cada 1.000 jovens de idade compreendida entre os 15 e 19. Até 2020, os dados revelaram uma tendência de diminuição dos casos registando 44 nados-vivos por 1.000 habitantes no ano mencionado. Nota-se ainda que no contexto cabo-verdiano a gravidez na adolescência é altamente influenciada por fatores como fragilidades económicas e educativas. No que concerne aos impactos da situação de gravidez na adolescência, sendo esta altamente transformativa, as adolescentes deparam-se com a sobreposição de exigências da maternidade com exigências escolares resultando em diversos casos na priorização da responsabilidade materna. Quando conciliadas as exigências, a situação de gravidez apresenta-se bastante discriminatória para as jovens ao nível da educação.

No que concerne o levantamento de medidas, programas e políticas até então existentes para o apoio de jovens grávidas no sistema escolar, desde 2001 que a questão de adolescentes grávidas no circuito escolar se encontra na agenda do Governo e sistema educativo do país. Contudo, a primeira medida a ser imposta foi de suspensão das alunas grávidas, esta apresentou-se como estratégia para enfrentar a sobrelotação das escolas secundárias e incapacidade do Estado cabo-verdiano de acompanhar as exigências inerentes à educação do país. A implementação desta medida revelou-se altamente controversa, ineficaz e resultou na suspensão de 1594 alunas entre o ano letivo de 2002/2003 e 2007/2008, representando insucesso escolar em 68% dos casos de alunas que foram “convidadas a sair” do sistema educativo. Somente dezasseis anos após a medida de suspensão atentou-se à questão da educação como um direito fundamental e para todos e foi criado o Decreto-Lei nº47/2017 pelo Ministério da Educação. Este aplica-se a grávidas, mães e pais estudantes que se encontrem no ensino básico, secundário, profissional ou ensino superior e estabelece medidas de apoio social e escolar que garantem o acesso e permanência com qualidade no sistema educativo, proibindo a prática de suspensão de matrículas até então regente. A par do Governo, ao longo dos anos têm-se verificado iniciativas crescentes tanto no apoio a adolescentes grávidas como na prevenção da gravidez na adolescência por organizações e institutos como é exemplo o IGIEG - Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género.

Os resultados da investigação obtidos por intermédio das entrevistas revelam que Cabo Verde e a sociedade em geral ainda enfrenta diversos estereótipos e questões de âmbito sexual

ainda são alvo de tabu. Esta influência cultural deixa adolescentes grávidas em constrangimento no seio familiar e escolar, potencializando o abandono escolar. No caso das escolas alvo da cidade da Praia constatou-se que o abandono é altamente incentivado pelos encarregados de educação, sendo que a situação de gravidez da menor revela vergonha para as famílias. Ademais, o abandono escolar também se verificou ser potencializado por questões socioeconómicas, agravando-se em contextos desfavorecidos. Ainda assim, de acordo aos intervenientes os casos de abandono escolar por gravidez na cidade têm vindo a diminuir e na norma atualmente predominante maioria das jovens tiram a licença de maternidade prevista no Decreto-Lei n.º 47/2017 de 26 de outubro e regressam às escolas. Contudo, segundo os mesmos existem casos em que a situação de gravidez é ocultada pelas alunas, o abandono escolar dá-se por outro pretexto sem oportunidade de se identificar o caso de gravidez e intervir.

Quanto ao Decreto-Lei n.º 47/2017 de 26 de outubro e à familiaridade das escolas com o mesmo o estudo conclui que o conhecimento geral sobre o documento nas escolas é superficial. Este fator não significa que as medidas não estejam a ser aplicadas, verificou-se que estas de facto estão, mas mais pelas boas práticas já existentes nas escolas do que pelo seguimento do que esta previsto na lei. São exemplo destas boas práticas a justificação de faltas e adaptação de avaliações. Não é feita uma divulgação pública nas escolas do Decreto-Lei nº47/2017 de 26 de outubro e dos direitos neste consagrados, estas são reveladas no seguimento da identificação das alunas grávidas. Nota-se assim que este procedimento se dá desta forma pelo receio das escolas e membros diretivos em fazer propaganda ao decreto incentivando a gravidez na adolescência. Não obstante, todas as escolas que participaram diretamente na investigação asseguraram a cedência dos direitos previstos e a promoção da equidade e inclusão na educação das alunas. O mesmo não se verifica em algumas escolas católicas da cidade. Além da falta de colaboração com a presente investigação por duas escolas católicas, um dos informantes, antigo membro da direção de uma destas, afirma que os direitos previstos no decreto e consequentemente na constituição não são cumpridos. Relata-se que alunas em situação de gravidez são incentivadas a anular a matrícula em semelhança à prática regente a partir de 2001, fortemente criticada atualmente.

Ainda sobre o Decreto-Lei nº47/2017 de 26 de outubro, um dos maiores desafios na aplicabilidade dos mesmos nas escolas secundárias passa pela resistência e falta de sensibilidade de alguns membros da comunidade educativa, principalmente professores que encaram o documento como um incentivo à gravidez na adolescência e cedência de privilégios a alunas grávidas. Além desta questão, também se impõem desafios que se prendem com questões logísticas e fracos recursos existentes. Independentemente dos desafios identificados,

o presente estudo concluiu que a implementação do Decreto-Lei nº47/2017 de 26 de outubro se revelou eficaz assegurando a proteção das alunas e a unificação da tomada de decisão sob a matéria. No entanto, de um modo geral a divulgação do decreto ainda se revela insuficiente o que limita a sua eficácia.

No que concerne o papel que as escolas têm desempenhado este consta ser positivo, todas as escolas participantes do estudo estão dotadas de mecanismos de apoio para estas alunas. Os serviços de apoio são facultados através dos gabinetes escolares e vão desde o apoio psicológico ao pedagógico e material. Além disso, as escolas são um importante ator na desmitificação da perceção de que a gravidez impossibilita a educação e no combate ao estigma. Neste contexto, as escolas trabalham em concertação com as famílias adotando um papel esclarecedor dotado de apoio em que em colaboração possam ser analisadas opções e alternativas para lidar da melhor forma com a questão. Além disso, este papel no apoio e igualmente na prevenção é feito também por intermédio de parcerias. Estas têm um peso significativo e os maiores parceiros das escolas secundárias são associações como a VERDEFAM - Associação Cabo-verdiana Para a Proteção da Família e os centros de saúde mais próximos. Todas as parcerias trabalham em articulação com os gabinetes escolares de modo a dar resposta à problemática da gravidez na adolescência nas suas diferentes e respetivas dimensões.

No que diz respeito ao combate ao abandono escolar por alunas grávidas constataram-se diversos desafios que se impõem à questão. O maior desafio identificado dá-se fora do ambiente escolar, este prende-se com o contexto socioeconómico em que as alunas se inserem. Constatou-se que por muito que as escolas invistam numa forte atuação na matéria, fazendo tudo o que está ao seu alcance para garantir a permanência das alunas no sistema educativo, o que determina se estas obtêm a sua educação perante a situação de gravidez são as condições que têm reunidas em casa e a sua realidade familiar. Contudo, dentro do poder de atuação das escolas também foram identificadas lacunas no apoio às alunas e conseqüente combate ao abandono escolar, como a sensibilidade dos professores outrora mencionada, a gestão de recursos e inflexibilidade de verbas económicas impossibilitando a potencial implementação de programas e projetos destinados a alunas grávidas. Verificou-se ainda que, além do mencionado, diversas alunas mães são impossibilitadas de regressar ao sistema educativo por falta de infraestruturas de apoio acessíveis como jardins de infância e creches onde possam deixar os filhos.

Por fim, apesar da melhoria crescente na matéria, os esforços existentes ainda são insuficientes. É imprescindível ir ao cerne da questão e assim verifica-se que, além do apoio necessário a ser prestado pelas escolas, o essencial passa pelo investimento no apoio social por

parte do Governo cabo-verdiano. O abandono escolar ultrapassa as escolas, é urgente o empoderamento das famílias e consequente combate à pobreza a fim de prevenir também comportamentos de risco que possam resultar na gravidez na adolescência. Nota-se também um persistente estigma para com a sexualidade e preconceito em relação a alunas grávidas, esta norma conduz a exclusão social, sendo importante a continuação de implementação de medidas e projetos mais integrativos. Além do empoderamento das famílias, é necessário trabalhar com a sociedade na desconstrução de preconceitos e abordagem de tabus existentes. É ainda necessária a mobilização eficiente de recursos materiais, financeiros e humanos de modo a evitar a limitação na atuação das escolas secundárias da cidade.

Apesar da diversidade de resultados obtidos, o presente estudo tem limitações, entre as quais a pouca precisão nos dados concernentes aos casos de gravidez, impossibilitando a construção de um quadro da realidade específica de cada escola interveniente, tal como a análise da relação desta realidade mediante a localização e área da cidade. Deste modo, a identificação de necessidade de intervenção foi feita numa escala mais generalizada, não atentando tanto a cada caso específico nas respetivas escolas.

Não obstante, a investigação realizada é de extrema relevância tanto academicamente como na esfera social. No ponto de vista académico, o presente estudo providencia o entendimento no que diz respeito à interseção entre a gravidez na adolescência e o sistema educativo cabo-verdiano com foco na análise de medidas existentes para o apoio de alunas grávidas e a eficácia das mesmas. Esta é uma abordagem escassamente debatida na literatura existente. No presente estudo foi apresentada a contextualização da gravidez na adolescência no país, a perceção cultural sobre a mesma, como esta se dá no circuito escolar, a cronologia de medidas impostas pelo sistema educativo na matéria, medidas atualmente vigentes, as práticas das escolas secundárias da cidade em estudo, as barreiras impostas ao aproveitamento escolar de alunas grávidas, obstáculos na atuação das escolas e propostas de melhoria para o futuro. Assim, os dados obtidos preenchem a lacuna existente e permitem uma nova perspetiva a ser usada em investigações subsequentes. Socialmente, o estudo também se revela importante pela identificação de dificuldades enfrentadas pelas adolescentes, pelas próprias escolas e até famílias. Este levantamento sublinha a urgência de políticas públicas mais integrativas para alunas grávidas, estendendo-se às famílias e consequente comunidade. O presente estudo propõe assim recomendações para o progresso do quadro atual, promovendo a educação para todos e igualdade de oportunidades no país.

Referências Bibliográficas

- ARES (n.d.). *O Sistema Educativo em Cabo Verde*.
- Baleno, F. J. de M. (2013). *Cabo Verde: análise econômica e social*.
- Becker, D. (1985). *O que é adolescência*. Editora Brasiliense.
- Bissell, M. (2000). Socio-economic outcomes of teen pregnancy and parenthood: A review of the literature. *Canadian Journal of Human Sexuality*, 9 (3), 191–204.
- Bouzas, I., & Miranda, A. (2004). Gravidez na Adolescência. *Adolescência & Saúde*, 1(1), 27–30.
- Bryman, A. (2016). *Social research methods*. Oxford university press.
- Chandra-Mouli, V., Camacho, A. V., & Michaud, P.-A. (2013). WHO guidelines on preventing early pregnancy and poor reproductive outcomes among adolescents in developing countries. *Journal of Adolescent Health*, 52(5), 517–522.
- Costa, A., Mourão, S., Santos, O., Alarcão, V., Virgolino, A., Nogueira, P., Bettencourt, M. R., Reis, S., Graça, A., & Henriques, A. (2021). I-DECIDE: a social prescribing and digital intervention protocol to promote sexual and reproductive health and quality of life among young Cape Verdeans. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18(3), 850.
- Silva, J. K. B., Dias, M. G. P. F., & de Andrade, L. S. (2023). Perspectiva de mulheres sobre prevenção à gravidez na adolescência e ações de saúde na escola. *Revista Ibero-Americana de Estudos Em Educação*, e023032–e023032.
- Pina, D. A. S. B. (2014). *Gravidez na adolescência e evasão escolar: estudo de caso–Escola Secundária na Cidade da Praia*.
- Diário de Notícias. (2018). Governo cabo-verdiano quer alargar escolaridade obrigatória para o 12º ano ate final da legislatura. *Diário de Notícias*. A partir de: <https://www.dn.pt/lusa/governo-cabo-verdiano-quer-alargar-escolaridade-obrigatoria-para-o-12-ano-ate-final-da-legislatura--9814952.html/> (acesso a 27/072024).
- Elfenbein, D. S., & Felice, M. E. (2003). Adolescent pregnancy. *Pediatric Clinics*, 50(4), 781–800.
- Febrianti, C. P., & Astuti, A. W. (2022). Outcomes of teenage pregnancy in developing countries: A scoping review. *Jurnal Aisyah: Jurnal Ilmu Kesehatan*, 7(1), 337–346.
- Ferreira, C. (2015). *Maternidade na adolescência cabo-verdiana, perspetiva social e cultural no bairro Cova da Moura*. A partir de: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/10755> (acesso a 27/072024).
- Flo, J. (n.d.). Desafios da Educação em Cabo Verde: Navegando os Problemas de um Sistema Educacional em Desenvolvimento. *Broken Chalk*. A partir de: <https://brokenchalk.org/desafios-da-educacao-em-cabo-verde-navegando-os-problemas-de-um-sistema-educacional-em-desenvolvimento/> (acesso a 15/05/2024).
- FNUAP (2013). Maternidade Precoce: Enfrentando o Desafio da Gravidez na Adolescência. *The State of the World Population 2013*, 32–50.
- FNUAP (2015). *Girlhood, Not Motherhood*. A partir de: <https://www.unfpa.org/publications/girlhood-not-motherhood> (acesso a 16/09/2024).
- Fortes, A. (2014). *Perfil de Cabo Verde*.
- Fortes, J. (2020). Lei de 2017 sobre alunas grávidas ainda é desconhecida. *A Nação Cabo Verde*. A partir de: <https://www.anacao.cv/noticia/2020/11/06/lei-de-2017-sobre-alunas-gravidas-ainda-e-desconhecida/> (acesso a 15/05/2024).

- Francisco, L. (2024). Cabo Verde tem melhor IDH dos lusófonos africanos enquanto Angola estagnou. *Forbes África Lusófona*. A partir de: <https://www.forbesafricalusofona.com/cabo-verde-tem-melhor-idh-dos-lusofonos-africanos-enquanto-angola-estagnou/> (acesso a 27/07/2024).
- Governo de Cabo Verde. (n.d.). *O Arquipélago: Geografia*. A partir de: <https://www.governo.cv/o-arquipelago/geografia/> (acesso a 25/06/2024).
- Honig, A. S. (2012). Teen pregnancy. *International Journal of Adolescence and Youth*, 17 (4), 181–187. <https://doi.org/10.1080/02673843.2012.655912>
- ICIEG (2010). Relatório do Estudo Avaliação do impacto da medida de suspensão temporária das alunas grávidas do ensino secundário. *Instituto Cabo-Verdiano Para a Igualdade e Equidade de Género*.
- ICIEG (2021). *Ela Estuda por Dois - Guia de Recomendações*. A partir de: https://viewer.joomag.com/guia-de-recomenda%c3%a7%c3%b5es-ela-estuda-por-dois/0456765001598889152?fbclid=IwAR0BoQwDA_T9t1lOzbNNRrSx3Ob3BnNetY_KIIQzbjGMZHTw6RWfTiYNPX8 (acesso a 15/05/2024).
- INE (2016). *Santiago - INE CV*. A partir de: https://ine.cv/censo_quadros/santiago-2/ (acesso a 14/06/2024).
- INE (2018a). *Anuário Estatístico de Cabo Verde*. A partir de: <https://ine.cv/publicacoes/anuario-estatistico-de-cabo-verde-2017/> (acesso a 25/06/2024).
- INE (2018b). *Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva (IDSR-III)*. A partir de: <http://www.ine.cv> (acesso a 13/04/2024).
- INE (2023a). *Cabo Verde - CORRIGIDO - INE*. A partir de: https://ine.cv/censo_quadros/cabo-verde-corrigido/ (acesso a 14/06/2024).
- INE (2023b). *Relatório Estatístico 2022: Agendas 2030&2063*.
- James, T. S., Clark, A., & Asplund, E. (2023). *Elections During Emergencies and Crises: Lessons for electoral integrity from the COVID-19 pandemic*. International Institute for Democracy and Electoral Assistance
- Kisambira, S., & Schmid, K. (2022). Selecting adolescent birth rates (10-14 and 15-19 years) for monitoring and reporting on sustainable development goals. *Indicator*, 3, 2.
- Lopes, C. (2024). *IMPACTO DO TURISMO PARA A ECONOMIA DE CABO VERDE...* - Google Académico [Universidade Lusófona]. A partir de : https://scholar.google.com/scholar?hl=pt-PT&as_sdt=0%2C5&q=IMPACTO+DO+TURISMO+PARA+A+ECONOMIA+DE+++CABO+VERDE+COMO+UM+PEQUENO+ESTADO++INSULAR+EM+DESENVOLVIMENTO+ANTES+E++DEPOIS+DA+PANDEMIA+DA+COVID-19+&btnG= (acesso a 14/04/2024).
- Marinho, F. C., & Silva, J. A. da. (2021). As práticas sexuais e o cuidado com a saúde pelos olhares de adolescentes cabo-verdianos e brasileiros. *ETD Educação Temática Digital*, 23(1), 135–156.
- Miura, P. O., Silva, A. C. dos S., Lima, E. F. de O., Galdino, E. B. T., Santos, K. A. M., Menezes, S. K. de O., & Costa, G. C. (2023). GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E AS EXPERIÊNCIAS DA VIDA ESCOLAR. *Psicologia Escolar e Educacional*, 27, e238700.
- Monteiro, E. (2013). *Entre os senhores das ilhas e as descontentes: ausência e emergência de mulheres no campo político em Cabo Verde*. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/23324>
- Morais, A. de F. A. (2014). *Abordagem sobre gravidez na adolescência e os impactos na vida das adolescentes e suas famílias*.
- Moreira, A. (2023). O desafio da profissionalização da gestão escolar em Cabo Verde – A Nação – Jornal Independente. *A Nação*. A partir de: <https://www.anacao.cv/noticia/2023/10/14/o-desafio-da-profissionalizacao-da-gestao-escolar-em-cabo-verde/> (acesso a 17/07/2024).

- OMS (n.d.). *Adolescent health*. A partir de: https://www.who.int/health-topics/adolescent-health#tab=tab_1 (acesso a 24/03/2024).
- OMS (2008). *Adolescent Pregnancy. MPS NOTES*, 1(1), 1–4.
- OMS (2011). *Preventing Early Pregnancy and Poor Reproductive Outcomes Among Adolescents in Developing Countries*.
- OMS (2014). *Adolescent pregnancy (Fact Sheet)*.
- OMS (2024, June 2). *Adolescent pregnancy*. A partir de: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/adolescent-pregnancy> (acesso a 24/03/2024).
- ONU (2020). *Fertility among young adolescents aged 10 to 14 years. Department of Economic and Social Affairs, Population Division*.
- OPaís.cv. (2020). Taxa de aprovação das alunas grávidas ronda os 50% nas escolas Secundárias. *OPaís.CV*. A partir de: <https://opais.cv/taxa-de-aprovacao-das-alunas-gravidas-ronda-os-50-nas-escolas-secundarias/06/11/2020/> (acesso a 17/07/2024).
- Padilha, M. A. S., Hypolito, Á. M., Soares, M. C., Meincke, S. M. K., Bueno, M. E. N., Feijó, A. M., & Schwartz, E. (2011). Jovens mães e abandono escolar: uma revisão sistematizada. *Rev. Enferm. UFPE on Line*, 1534–1540.
- PAIGC (2022). *História do PAIGC*. A partir de: <https://www.bing.com/search?q=https%3A%2F%2Fpaigc.gw%2Fhistoria%2F&qs=n&form=QBR&sp=-1&lq=0&pq=https%3A%2F%2Fpaigc.gw%2Fhistoria%2F&sc=0-26&sk=&cvid=12786C7AC75C466DA769F8D90EEEDB6A&ghsh=0&ghacc=0&ghpl=> (acesso a 13/07/2024).
- PANAPRESS. (2014). Cabo Verde alarga escolaridade obrigatória de 6 para 8 anos. *Agência Panafricana de Notícias*. A partir de: <https://www.panapress.com/Cabo-Verde-alarga-escolaridade-o-a-914853-lang4-free-news.html> (acesso a 17/07/2024).
- Panday, S., Makiwane, M., Ranchod, C., & Letsoala, T. (2009). *Teenage pregnancy in South Africa: with a specific focus on school-going learners*.
- Pereira, S. C. (2019). *Impactos da gravidez na adolescência: abordagem integral*.
- República de Cabo Verde. (2017). *Decreto-Lei nº47/2017*.
- Rodrigues, A. , Barros, W. , & Soares, P. (2016). Reincidência da gravidez na adolescência: percepções das adolescentes. *Enfermagem Em Foco*, 7(3/4), 66–70.
- Semedo, Á. (2023). Cabo Verde: O que leva as meninas a abandonar a escola? *DW África*. A partir de: <https://www.dw.com/pt-002/cabo-verde-o-que-leva-meninas-a-abandonar-a-escola/video-67771404> (acesso a 18/05/2024).
- Semedo, L. (2022). *Gravidez precoce em adolescentes cabo-verdianas: histórias na primeira pessoa*. A partir de: <https://search.proquest.com/openview/71f9983b2c49eabdef0c5bcce8253fa4/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y> (acesso a 13/04/2024).
- Souza, S. R. de. (2022). *A Adolescência*. In *CERN European Organization for Nuclear Research - Zenodo*. Editora Unigala. <https://doi.org/10.5281/ZENODO.7114085>
- Tavares, C. M., Kanikadan, P. Y. S., Alencar, A. P., & Schor, N. (2011). Início da vida sexual de adolescentes da Ilha de Santiago, Cabo Verde-África Ocidental. *Journal of Human Growth and Development*, 21(3), 771–779.
- Tavares, C. M., Schor, N., França Junior, I., & Diniz, S. G. (2009). Factors associated with sexual initiation and condom use among adolescents on Santiago Island, Cape Verde, West Africa. *Cadernos de Saúde Pública*, 25, 1969–1980.
- UNICEF (2023, May). *Adolescents Statistics - UNICEF DATA*. A partir de: <https://data.unicef.org/topic/adolescents/overview/> (acesso a 13/04/2024).
- Varela, D. A. de S. (2008). *Programa de educação sexual em IST/HIV/SIDA com adolescentes de uma escola secundária de Cabo Verde: percepção dos atores envolvidos no programa*.

Anexos

Anexo A – Guião de Entrevista

1. Perguntas introdutórias:
a) Tem alguma questão sobre a presente investigação e a natureza da mesma? b) Pretende preservar o anonimato no curso da entrevista ou é lhe indiferente? c) Para assegurar a fidelidade das respostas dadas, permite que a entrevista seja gravada?
2. Contextualização:
a) Poderia dar uma breve contextualização e visão geral da presente escola? Fornecer dados demográficos da população estudantil, incluindo qualquer adolescente grávida? b) Há quanto tempo exerce o cargo de diretor/responsável desta escola?
3. Problemática principal:
a) Na sua perspetiva, quais são as principais razões que levam adolescentes grávidas a abandonar a escola? b) Quão comum é o problema do abandono escolar entre adolescentes grávidas nesta escola/localidade? c) Em casos de gravidez costumam sugerir a continuidade dos estudos em turnos alternativos, como turmas em horário pós-laboral? d) Quais considera serem as potenciais consequências do abandono escolar para as adolescentes grávidas no que diz respeito ao seu futuro académico, social e económico?
4. Papel das Escolas/Decreto de Lei:
a) Na sua opinião, qual é o papel que as escolas devem desempenhar no apoio às adolescentes grávidas e à sua permanência no sistema educativo? b) A escola está familiarizada com o Decreto-Lei n.º 47/2017 de 26 de outubro? Foram implementadas algumas das disposições ou medidas previstas no decreto?

Se sim, quais e como é que estas chegam ao conhecimento das partes interessadas como as estudantes grávidas, mães jovens estudantes, professores e encarregados de educação? c) Que desafios foram encontrados na implementação das medidas descritas no decreto de lei? Existiram barreiras logísticas, financeiras ou administrativas que tenham dificultado a implementação e manutenção eficaz destas medidas? d) Considera que a implementação das medidas previstas se tem revelado eficaz? Se sim, como é avaliada essa eficácia?
5. Boas práticas e estratégias:
a) Além do previsto no decreto de lei, a sua escola tem alguma estratégia ou prática bem-sucedida que tenha implementado para prevenir o abandono escolar entre adolescentes grávidas? b) Têm algum caso bem-sucedido que possa dar como exemplo? c) Existem parcerias com organizações externas ou recursos comunitários que tenham sido benéficos no apoio a estudantes adolescentes grávidas?
6. Recursos e desafios:
a) Que recursos, tanto internos como externos, estão disponíveis para apoiar estudantes adolescentes grávidas na sua escola? b) Quais são os principais desafios ou obstáculos que a escola enfrenta para garantir uma escolaridade de qualidade para estudantes adolescentes grávidas? c) Como é que enfrentam esses desafios e garantem que as estudantes adolescentes grávidas recebam oportunidades educacionais equitativas e o apoio académico e emocional necessário para continuarem os seus estudos?
7. Perspetivas futuras:
a) Na sua opinião, que apoio ou recursos adicionais são necessários para melhorar os resultados educacionais das estudantes adolescentes grávidas e evitar o abandono escolar das mesmas? b) Existem planos ou iniciativas em desenvolvimento para melhorar o apoio prestado a estudantes adolescentes grávidas no futuro?

8. Conclusão:

- a) Tem algum parecer, informação ou visão adicional que gostaria de partilhar sobre o papel das escolas no combate ao abandono escolar entre adolescentes grávidas?